

# RETROSPECTIVA BRASIL 2020



---

**Autor** | Transparência Internacional - Brasil  
**Pesquisadores** | Maria Dominguez, Vinicius Reis  
**Revisor** | Bruno Brandão  
**Tradução** | Damian Platt

---

Todos os esforços foram empenhados para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Acredita-se que todas as informações estavam corretas em janeiro de 2021. No entanto, a Transparência Internacional – Brasil não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

2021 Transparência Internacional - Brasil. Exceto se apontado de outra forma, este trabalho está sob licença CC BY-ND 4.0 DE. Citações são permitidas. Favor entrar em contato com a Transparência Internacional - Brasil – [brasil@br.transparency.org](mailto:brasil@br.transparency.org) – para tratar de pedidos para usar o relatório.

**[www.transparenciainternacional.org.br](http://www.transparenciainternacional.org.br)**



# SUMÁRIO

10

## Governo Federal

Interferência Política

Denúncia contra o filho do presidente

O suposto fim da corrupção

Novo plano anti-corrupção

Regulações econômicas

Desmanche das políticas ambientais

19

## Congresso Nacional

Comissões especiais para mudanças na legislação

Votações relevantes

Eleições controversas para lideranças no Congresso

24

## Judiciário

Retrocessos na luta anticorrupção

Inquérito das “Fake News”

Novo indicado para o Supremo

Decisões favoráveis ao círculo político do presidente

Juízes investigados por corrupção

31

## Ministério Público Federal

Interferência indevida

Desmonte das Forças Tarefas

38

## Sociedade civil e a imprensa

Retrocessos no acesso à informação

Ataques contra a imprensa e a sociedade civil

Ataques à Transparência Internacional-Brasil

43

## Pandemia do Covid-19

Investigações de esquemas de fraude e corrupção

Ranking da transparência em contratações públicas

Redução na participação social

48

## Eleições locais em 2020

Ganho em diversidade, mas debate anticorrupção ausente

Ataque hacker

# INTRODUÇÃO



O ano de 2020 foi de poucos avanços e muitos retrocessos na luta contra a corrupção no Brasil. Um dos mais graves foi a perda de independência e crescente ingerência política sobre órgãos fundamentais como a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal.

A renúncia do ministro da Justiça Sérgio Moro com acusações graves contra o presidente Jair Bolsonaro e casos de destaque, como as investigações sobre o senador Flávio Bolsonaro, potencializaram as preocupações sobre o uso de estruturas do estado para benefícios pessoais de uma elite política.

Outro sério revés na luta anticorrupção foi a pressão política e institucional que levou ao desmantelamento das forças-tarefa Lava Jato e Greenfield. O ano terminou com incertezas quanto à continuidade do modelo de força-tarefa, inovação que, junto com os acordos de leniência e colaboração premiada, ofereceu condições centrais para o avanço das investigações sobre grandes esquemas de corrupção no país. Ao invés de se aprimorar e corrigir problemas de um modelo em larga medida bem-sucedido, vem prevalecendo os interesses dos que desejam estancar o combate à corrupção.

A pandemia da Covid-19 também impôs seu peso à luta contra a corrupção. Como em muitos países, a administração pública brasileira teve que flexibilizar as regras de contratações para poder responder às despesas de emergência. Os inúmeros casos de corrupção mostraram suas consequências mais perversas em meio à terrível crise humanitária. No Brasil, a falta de integridade de governantes literalmente tirou o oxigênio das pessoas.

A pandemia também levou à redução do debate público e do controle institucional e social de atos oficiais, devido a atrasos nas respostas à Lei de Acesso à Informação, sessões remotas e regimes especiais de tramitação legislativa, que distanciaram ainda mais a sociedade das decisões públicas.

Como nota positiva, no entanto, 2020 assistiu a uma forte e corajosa mobilização da sociedade civil denunciando e impedindo retrocessos ainda mais graves, em meio à onda autoritária de ataques às ONGs e à imprensa – potencializada pelo discurso de ódio do próprio presidente da República. As eleições locais de 2020 tiveram quase nenhum debate propositivo sobre o combate à corrupção e o partido com maior número de processados pela Lava Jato (PP) foi o grande vitorioso no pleito. Mas os resultados parecem apontar para um pouco mais de diversidade, com mais eleitos oriundos de grupos minoritários e historicamente excluídos – o que é essencial para o combate à corrupção pela via democrática. E mesmo em meio a tanta notícia ruim sobre escândalos de corrupção na pandemia, o copo também deve ser visto aqui como meio cheio, pois a identificação dos esquemas só foi possível porque existe um aprimoramento real dos órgãos de controle brasileiros, em todos os níveis.

Em 2020, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a corrupção era um problema do passado. Ele estava errado. A corrupção continua a ser um problema sistêmico no Brasil, que contamina a democracia e impede o desenvolvimento sustentável e socialmente justo do país. Não é através de soluções populistas e autoritárias que se constrói um país íntegro. É através de leis, instituições e, principalmente, uma cidadania livre, consciente e ativa na luta por seus direitos.

# Destques

# POSITIVOS & NEGATIVOS



Forte mobilização da sociedade civil brasileira

Ganho de diversidade no resultado das eleições municipais

Aprimoramento da capacidade dos órgãos de controle brasileiros atuando em meio à pandemia da COVID-19

Desenvolvimento pelo Banco Central de nova plataforma de digitalização de meios de pagamento (PIX), ampliando a rastreabilidade de transações financeiras



Perda grave de independência da Procuradoria-Geral da República e aumento da ingerência política sobre órgãos como a Polícia Federal e o sistema brasileiro de inteligência

Desmantelamento das forças-tarefas da Lava Jato e da Greenfield, sem a substituição por um modelo alternativo adequado

Graves deficiências na transparência ativa e passiva do Governo Federal, principalmente em informações essenciais sobre o enfrentamento da pandemia da COVID-19

Ausência de reformas anticorrupção significativas apoiadas pelo Governo e aprovadas pelo Congresso

Ausência de debate qualificado e propostas concretas anticorrupção nas eleições municipais e ampla vitória de candidatos e partidos implicados em esquemas de corrupção

Regimes especiais de tramitação legislativa no contexto da pandemia da COVID-19, enfraquecendo controles institucionais e sociais e proliferando “jabutis”

Múltiplos escândalos de desvios de recursos públicos destinados à resposta à crise humanitária da COVID-19

Crescimento do autoritarismo e ataques contra a imprensa e ONGs que realizam o controle social, com inúmeros e graves casos de assédio contra jornalistas e ativistas, inclusive por parte do presidente da República

# RECOMENDAÇÕES

---

## Governo Federal



Respeitar a independência e não exercer ingerência política sobre as instituições de controle da corrupção, como o Ministério Público, a Polícia Federal, a Receita Federal, a Controladoria-Geral da União e o COAF;

- Garantir a estrita legalidade e o controle institucional do sistema brasileiro de inteligência, para que se abstenha de atuar fora de suas atribuições e competências e preservando-os como órgãos de estado;
- Respeitar os princípios de transparência da administração pública e garantir a estrita observância da legislação pertinente de transparência ativa e passiva, entre outras a Lei de Acesso à Informação;
- Garantir total transparência das informações epidemiológicas, sanitárias, administrativas e fiscais no contexto da pandemia da COVID-19, com especial atenção aos processos de compra e distribuição de vacinas e seus insumos;
- Formular e promover políticas públicas e reformas anticorrupção efetivas;
- Respeitar plenamente as garantias constitucionais de uma atuação livre e segura da imprensa e das organizações da sociedade civil em seu papel de controle social, abstendo-se de assediar jornalistas e ativistas;

## Congresso Nacional



- Reorganizar o regime especial do processo legislativo no contexto da pandemia da COVID-19, para que se mantenha a produção legislativa em condições seguras, mas que se garantam níveis mais adequados de deliberação, controles políticos e participação social;
  - Deliberar e aprovar reformas anticorrupção, a partir de propostas de especialistas e da sociedade brasileira reunidas no pacote das Novas Medidas contra a Corrupção;
  - Garantir a efetividade dos Conselhos de Ética para que apurem e punam as condutas antiéticas, indecorosas e ilegais de parlamentares;
  - Exercer o controle institucional efetivo sobre a nomeação e posterior conduta de ministros de tribunais superiores e procurador-geral, assim como dos atos do presidente da República;
-

---

# Poder Judiciário



- Garantir a efetividade do Sistema de Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça e o pleno cumprimento das metas estabelecidas para 2021, em especial a meta 4 que prioriza o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais;
- Aprimorar o regimento interno do Supremo Tribunal Federal e garantir seu efetivo cumprimento, disciplinando a administração de prazos, pautas e a predominância das decisões colegiadas;
- Garantir o cumprimento efetivo do teto constitucional na remuneração dos magistrados, abolindo privilégios;
- Aprimorar significativamente os mecanismos correccionais da conduta de magistrados;
- Julgar a repercussão geral sobre o início da contagem temporal da prescrição executória;
- Reafirmar em decisão plenária do Supremo Tribunal Federal a jurisprudência consolidada sobre as restrições sobre o foro privilegiado;

# Ministério Público Federal



- Garantir a independência da Procuradoria-Geral da República e o cumprimento de seu dever constitucional;
- Garantir o funcionamento adequado das forças-tarefas em atividade e institucionalizar e aprimorar este modelo de atuação conjunta, a partir de propostas de regulamentação da constituição e funcionamento das forças-tarefas no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- Ampliar o número de Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECOs) do MPF nos estados, garantido condições adequadas de funcionamento com dedicação exclusiva de procuradores e estrutura de apoio especializada;
- Estabelecer um sistema geral de governança de dados que cesse o vazamento sistemático de informações e violações de direito à privacidade no âmbito de investigações, garanta o compartilhamento seguro e adequado de informações entre investigadores e outras instituições de controle nacionais e internacionais e previna a violação casuística do sigilo de investigações individuais.



## seção 01

# GOVERNO FEDERAL

Em 2020, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não havia mais necessidade de uma extensa operação de combate à corrupção, como é o caso da Lava Jato, porque seu governo estava livre da corrupção. A declaração, no entanto, contrasta com repetidos episódios que revelaram tentativas de interferência política em órgãos de controle e segurança pública, de mobilização de agências públicas por motivações pessoais ou políticas, e de enfraquecimento de instituições e mecanismos de combate à corrupção e a outras atividades criminosas.

# INTERFERÊNCIA POLÍTICA



O aumento da interferência política em órgãos federais, já identificado em 2019<sup>1</sup>, se agravou no último ano e se tornou uma das principais manchas do governo do presidente Jair Bolsonaro. Nos últimos meses, essa tendência levou ao pedido de demissão de um ministro da Justiça, a investigações contra o próprio presidente e a relatos de um possível uso de agências federais para o benefício pessoal da família Bolsonaro.

Em abril, o ministro da Justiça Sérgio Moro, ex-juiz da Operação Lava Jato, pediu demissão depois de o presidente ter decidido, contra a opinião do ministro, demitir o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo<sup>2</sup>. O episódio se seguiu a uma controvérsia, no ano anterior, sobre mudanças na Superintendência da PF no Rio de Janeiro, a arena política do clã Bolsonaro. Em 2019, o presidente Bolsonaro pressionou a corporação para antecipar a substituição do superintendente do Rio e indicar como substituição um nome de sua escolha — o presidente obteve sucesso na primeira empreitada, mas não na segunda, devido a forte resistência interna<sup>3</sup>.

Moro deixou o governo acusando publicamente o presidente Bolsonaro de tentar interferir politicamente na corporação, com o objetivo de indicar como diretor-geral alguém para quem ele pudesse ligar e pedir acesso a relatórios de inteligência<sup>4</sup>. O episódio deu origem a um inquérito, em andamento, autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para investigar as acusações feitas por Moro e os potenciais crimes cometidos pelo presidente<sup>5</sup>.

Depois da saída de Moro, o presidente Bolsonaro tentou indicar Alexandre Ramagem, atual diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), conhecido por sua proximidade com a família Bolsonaro<sup>6</sup>, como novo diretor-geral da Polícia Federal. A indicação foi, no entanto, rapidamente bloqueada pelo STF devido a uma potencial “inobservância aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público”<sup>7</sup>. Bolsonaro decidiu, então, indicar Rolando Alexandre de Souza como o novo chefe da corporação. Um dos primeiros atos de Souza foi trocar o superintendente da PF no Rio de Janeiro<sup>8</sup>.

Outra preocupação relacionada a interferências políticas envolveu a Receita Federal, que já foi classificada por Bolsonaro como uma instituição que “atrapalha” o desenvolvimento do país<sup>9</sup>. Em abril, durante reunião com o secretário da Receita e um deputado filho de um influente pastor evangélico, o presidente supostamente pressionou a Receita para que solucionasse passivos tributários milionários devidos por igrejas no Brasil, uma base importante de apoio político para Bolsonaro<sup>10</sup>. Alguns meses depois, quando o Congresso Nacional aprovou a isenção de uma contribuição federal para igrejas e o perdão de dívidas anteriores com a Receita, o presidente Bolsonaro declarou apoio pela não taxação das igrejas, mas disse que vetaria o dispositivo por questões de responsabilidade fiscal e para evitar um possível processo de impeachment<sup>11</sup>.

# DENÚNCIA CONTRA O FILHO DO PRESIDENTE



Em novembro, o filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro, foi denunciado por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa pelo esquema da “rachadinha”<sup>12</sup>. De acordo com o Ministério Público do Rio de Janeiro, durante seu mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Flávio Bolsonaro liderou uma organização criminosa que embolsava até 90% dos salários dos funcionários de seu gabinete — alguns deles funcionários fantasmas — e usava esses recursos para pagar despesas pessoais<sup>13</sup>.

A investigação sobre a “rachadinha” começou em 2018, depois que um relatório de inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) revelou movimentações atípicas na conta bancária de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro na assembleia e amigo de longa data do presidente<sup>14</sup>. A investigação mostrou que, em 2016, Queiroz fez repetidos saques de sua conta bancária precedidos por depósitos no mesmo valor<sup>15</sup>. Os procuradores acreditam que Queiroz, que foi denunciado junto com Flávio Bolsonaro, operava o esquema ilegal, sendo responsável pela contratação dos funcionários e a coleta de seus salários<sup>16</sup>.

O relatório do Coaf também revelou que Queiroz depositou R\$ 24 mil em cheques na conta bancária de Michelle Bolsonaro, hoje primeira-dama<sup>17</sup>. À época, o presidente Bolsonaro afirmou que os depósitos de Queiroz eram para quitar uma dívida pessoal que chegava a R\$ 40 mil<sup>18</sup>. Em agosto do ano passado, no entanto, reportagens mostraram que, entre 2011 e 2016, Queiroz e sua mulher fizeram 27 depósitos na conta de Michelle Bolsonaro no valor de R\$ 89 mil<sup>19</sup>.

Em outubro, uma reportagem revelou que o presidente Bolsonaro se reuniu com advogadas de defesa do senador Flávio Bolsonaro, o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) para discutir a suspeita, por parte da defesa de Flávio Bolsonaro, de que o relatório de inteligência usado na investigação do esquema da “rachadinha” poderia ter sido produzido a partir de informações levantadas irregularmente por um grupo de funcionários da Receita Federal<sup>20</sup>.

De acordo com outra reportagem publicada na sequência, depois da reunião com Bolsonaro, a Abin produziu ao menos dois relatórios com orientações sobre como o senador poderia obter documentos oficiais para auxiliar a neutralizar o caso da “rachadinha”<sup>21</sup>. Os documentos também sugeririam a demissão de três funcionários da Receita que, supostamente, integravam um grupo criminoso ligado a fraudes internas. Segundo relatado pela imprensa, as instruções foram enviadas por Alexandre Ramagem, chefe da Abin, diretamente ao senador Flávio Bolsonaro, por WhatsApp, e continham elementos informais que levantaram a suspeita de que esses relatórios possam ter sido produzidos por uma estrutura política “paralela” montada dentro da Abin<sup>22</sup>.

# O SUPOSTO FIM DA CORRUPÇÃO



Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro afirmou: “Eu não quero acabar com a Lava Jato. Eu acabei com a Lava Jato, porque não tem mais corrupção no governo”<sup>23</sup>.

A declaração foi feita seis meses depois de o ministro da Justiça Sérgio Moro deixar o governo acusando o presidente de tentar interferir politicamente com a Polícia Federal (veja página 11) e em meio a crescente pressão sobre as operações Lava Jato e Greenfield, duas das mais importantes forças-tarefas de procuradores atualmente investigando grandes esquemas de corrupção (veja página 34).

Uma semana depois da declaração de Bolsonaro, uma operação da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Polícia Federal que investigava desvio de recursos públicos destinados à pandemia da Covid-19 flagrou o senador Chico Rodrigues, então vice-líder do governo no Senado, com R\$ 33.150 em dinheiro escondido na cueca<sup>24</sup>. Na sequência da operação, vídeos e fotos do senador e do presidente Bolsonaro passaram a ser compartilhados na internet, indicando a proximidade dos dois<sup>25</sup>. No dia seguinte ao constrangimento, Bolsonaro formalizou a saída do senador Rodrigues da vice-liderança no Senado e disse que a operação demonstrava o compromisso de seu governo no combate à corrupção<sup>26</sup>.

Apesar da tentativa de Bolsonaro de afirmar que não há mais esquemas fraudulentos no governo, os recentes retrocessos legais e institucionais do país na luta contra a corrupção<sup>27</sup> foram apresentados, em outubro passado, pela Transparência Internacional Brasil, à reunião do Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O relatório circulou entre as delegações nacionais e foi usado pelo colegiado da OCDE para questionar a delegação brasileira. A preocupação sobre práticas anti-corrupção poderia colocar futuros obstáculos à intenção brasileira de aceder à OCDE.

# NOVO PLANO ANTI-CORRUPÇÃO



Em dezembro, o governo federal publicou um plano anti-corrupção com 142 potenciais ações destinadas a melhorar a estrutura, o monitoramento, o treinamento, as práticas, a colaboração, a legislação, regulações infra-legais e a prestação de contas envolvendo onze órgãos da administração<sup>28</sup>. Com metas a serem atingidas nos próximos cinco anos, o governo promete avançar no cumprimento com recomendações internacionais para prevenir e combater a corrupção.

Apesar de algumas das metas serem apresentadas de maneira bastante genérica ou não oferecerem nenhuma inovação significativa, o plano apresenta importantes propostas de políticas — sejam novas ideias ou políticas cuja implementação foi tentada no passado, sem sucesso.

O governo Bolsonaro propõe, por exemplo, elaborar um projeto de lei, até março de 2021, para regular o lobby no Brasil, uma séria lacuna legislativa que até hoje não foi solucionada pelo Congresso Nacional, apesar de décadas de debate na sociedade e no governo, e de tentativas passadas de regulamentar o tema. Também relacionadas à transparência nas relações entre atores público e privados, há propostas para simplificar, padronizar e monitorar a divulgação das agendas de autoridades públicas federais, algo já estabelecido por regulação federal<sup>29</sup>, mas amplamente descumprido<sup>30</sup>.

O governo também planeja melhorar o monitoramento sobre as compras públicas com um estudo para propor a criação de um sistema nacional de compras públicas que agregaria compras de entes federais, estaduais e locais, e com a publicação das notas fiscais eletrônicas de compras federais no Portal da Transparência<sup>31</sup>, permitindo consulta online. Esses mecanismos poderiam facilitar a comparabilidade de preços e o monitoramento de fraudes.

Outra medida relevante inserida no plano é propor uma norma, encabeçada pela Controladoria-Geral da União (CGU), para a publicação de informações sobre a execução de políticas de benefícios fiscais, com o objetivo de permitir maior transparência num tema que envolve valores bilionários.

# REGULAÇÕES ECONÔMICAS



Em janeiro, o Banco Central introduziu nova regulação para estabelecer procedimentos e controles internos em instituições financeiras com o objetivo de prevenir crimes de lavagem de dinheiro (Circular 3.978/2020)<sup>32</sup>. A nova política trouxe avanços em relação à situação anterior, como a inclusão de integrantes de órgãos de controle do Judiciário e do Ministério Público (o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente) na classificação de Pessoas Expostas Politicamente (PEP), e a adoção de uma (ainda tímida) abordagem baseada em risco para prevenção de atividades ilegais.

Faltou, no entanto, incluir mecanismos relevantes que poderiam ampliar ainda mais esforços para o combate à lavagem de dinheiro. A regulação estabeleceu uma necessidade genérica para as instituições financeiras adotarem procedimentos e controles internos em relação às PEPs, mas não especificou explicitamente medidas recomendadas pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) que deveriam ser aplicadas a esse grupo suscetível. A nova política poderia, além disso, ter ampliado a definição de PEP para explicitamente incluir familiares e colaboradores próximos de agentes públicos — a circular inclui esse grupo estendido em ações obrigatórias de monitoramento que devem ser seguidas pelas instituições financeiras.

Em abril, entrou em vigor uma nova lei que mudou as regras de votação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), um conselho federal vinculado ao Ministério da Economia, responsável pela revisão administrativa de apelações contra decisões da Receita<sup>33</sup>.

A nova lei estabeleceu que votações que resultarem em empate devem ser decididas em favor do contribuinte, ao invés de, como era até então, por um representante do fisco. Empates não são um resultado incomum naquele contexto, já que o conselho é composto por um mesmo número de representantes do fisco e dos contribuintes (indicados pelo setor privado)<sup>34</sup>. Assim que as mudanças introduzidas em abril podem ter um impacto significativo nas decisões do Carf.

O Ministério da Economia tentou limitar a aplicação da nova regulação, publicando uma norma infra-legal<sup>35</sup>, mas já encontrou resistências na Justiça<sup>36</sup>. As mudanças introduzidas pela lei causaram preocupação entre auditores fiscais, que acreditam que o novo procedimento poderia impactar denúncias de potenciais atividades criminosas, como corrupção e lavagem de dinheiro, às autoridades competentes<sup>37</sup>.

Em setembro, uma nova nota de R\$ 200 começou a circular no país. A nota foi, alegadamente, uma resposta a uma esperada maior demanda por papel-moeda depois que o governo passou a oferecer o auxílio financeiro temporário de R\$ 600 devido à pandemia do Covid-19 — uma política direcionada, em parte, a pessoas que não têm contas bancárias<sup>38</sup>. O governo também levantou a possibilidade de que os brasileiros iriam querer guardar dinheiro, em espécie, em casa num cenário de crise social e econômica<sup>39</sup>.

O lançamento da nota de R\$ 200 foi, no entanto, abrupto e pegou desprevenidos especialistas que vinham discutindo com o Banco Central restrições ao uso da nota de R\$ 100, já que a circulação de notas altas facilita

a ocorrência de atividades criminais, como corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro<sup>40</sup>. As notas de R\$ 200, de fato, compunham parte do dinheiro encontrado na cueca do senador Chico Rodrigues durante uma operação lançada pela Polícia Federal para investigar o desvio de recursos públicos destinados à pandemia (veja página 13)<sup>41</sup>.

Apesar da decisão brusca de adotar a nota de R\$ 200, até dezembro, apenas uma fração das novas notas circulava, de fato, na economia<sup>42</sup>.

Em novembro, o Banco Central lançou um novo sistema online de transferências e pagamentos, o PIX. A plataforma tem o potencial de reduzir pagamentos em espécie (uma prática que corresponde a cerca de 70% das transferências financeiras no país<sup>43</sup>) e de aumentar a rastreabilidade de transações, o que pode auxiliar na prevenção de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro.

No mesmo mês, um decreto presidencial (10.540/2020) mudou a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, criando um vácuo legal temporário relacionado à divulgação de detalhes orçamentários e, com isso, um sério problema de transparência em todos os níveis da administração pública<sup>44</sup>. As novas regras entrarão em vigor apenas em 2023 e, enquanto isso, responsáveis pelos orçamentos públicos estarão liberados da obrigação de atualizar os sistemas de transparência fiscal. Essa lacuna de dois anos coincide com os anos finais dos mandatos estaduais e federais do Executivo. A expectativa é que o assunto seja debatido pelo STF<sup>45</sup>.

## DESMANCHE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS



Em abril, durante uma reunião ministerial fechada convocada pelo presidente Jair Bolsonaro, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, argumentou que a pandemia do Covid-19 abria uma oportunidade para o governo passar, “de baciada”, mudanças infra-legais para simplificar a regulação no setor ambiental e em qualquer outro setor de interesse da administração<sup>46</sup>. Salles defendeu que, como a atenção da imprensa estava voltada quase que exclusivamente para a pandemia, o governo deveria aproveitar o “momento de tranquilidade” para evitar que suas políticas fossem atrasadas por questionamentos judiciais.

A declaração do ministro foi tornada pública um mês depois, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou o vídeo da reunião como parte da investigação sobre a potencial interferência política do presidente Jair Bolsonaro na Polícia Federal (veja página 11).

O episódio é bastante revelador das intenções do governo atual de desmontar as políticas ambientais e de sua falta de transparência, ilustradas por diversos incidentes no último ano.

Em fevereiro, cerca de duas semanas depois de um pedido feito pelo setor madeireiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) eliminou a necessidade de uma autorização federal para permitir a exportação de determinadas espécies amazônicas, uma decisão que contrariou recomendações técnicas internas<sup>47</sup>. Organizações ambientais denunciaram a medida à Justiça, alegando que ela favoreceria a exportação de madeira de origem ilegal<sup>48</sup>. É importante ressaltar que operações feitas no passado demonstraram o uso de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro conectadas a crimes ambientais<sup>49</sup>. Em novembro, pressionado interna e externamente por sua política ambiental, o presidente Bolsonaro retomou o assunto do comércio de madeira ilegal, afirmando que ele revelaria quais países vinham importando madeira ilegal do Brasil — uma ameaça que o presidente acabou não cumprindo<sup>50</sup>.

Em setembro, em uma controversa decisão, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), responsável por supervisionar políticas ambientais, revogou duas resoluções que estipulavam a proteção e o uso de ecossistemas costeiros (áreas de mangue e restinga) e de áreas ao redor de reservatórios artificiais, uma terceira resolução que estabelecia parâmetros para licenciar projetos de irrigação, e substituiu uma quarta resolução para autorizar a queima de resíduos, como embalagens de agrotóxicos, em fornos de cimento<sup>51</sup>.

As mudanças aprovadas pelo CONAMA foram uma demanda específica do setor produtivo<sup>52</sup>, e ocorreram pouco mais de um ano depois de o presidente Bolsonaro ter alterado a composição do conselho, aumentando a participação do governo e reduzindo a proporção de membros da sociedade civil<sup>53</sup>.

O desmonte das políticas ambientais, pela administração do presidente Bolsonaro, também se revela nas repetidas reduções orçamentárias para o setor<sup>54 55</sup> e na diminuição da aplicação de multas<sup>56</sup>.

Os retrocessos na política ambiental, no entanto, foram acompanhados de uma reação por parte da sociedade civil, de partidos de oposição e instituições responsáveis por fiscalizar o governo. Em julho, um grupo de doze procuradores federais foi à Justiça solicitar o afastamento do ministro do Meio Ambiente<sup>57</sup>. Em uma ação de improbidade administrativa, o ministro foi acusado de promover a desestruturação de mecanismos de proteção ao meio ambiente<sup>58</sup>. Em setembro, o STF promoveu uma audiência pública relacionada à ação sobre a potencial omissão do governo no uso do Fundo do Clima<sup>59</sup>, um recurso para combater a emergência climática<sup>60</sup>. Além disso, em novembro, após uma auditoria, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que oito militares indicados, pelo ministro do Meio Ambiente, para cargos altos no IBAMA descumpriam requisitos mínimos para a função<sup>61</sup>. Por fim, em dezembro, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), uma rede de autoridades federais e regionais, incluiu em seu planejamento anual para 2021 duas ações com o objetivo de combater a lavagem de dinheiro e a corrupção ligadas a atividades ambientais ilegais, e de aprimorar o monitoramento da cadeia produtiva do ouro para prevenir a lavagem de dinheiro<sup>62</sup>.

## seção 01

# POSITIVOS & NEGATIVOS



O Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE questionou a delegação brasileira sobre retrocessos no combate à corrupção

O Banco Central atualizou a regulação para instituições financeiras prevenirem crimes de lavagem de dinheiro; as novas regras ainda ficam aquém das recomendações internacionais

Nova plataforma lançada pelo Banco Central (PIX) pode facilitar o rastreamento de transações financeiras

Intensificação e qualificação (melhor cruzamento e análise de dados) nas operações da Polícia Federal contra o desvio de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19

A sociedade civil e instituições reagiram ao desmanche da política ambiental

O plano anticorrupção do governo federal propõe políticas relevantes para ampliar a prevenção e o controle



Perda de independência e aumento de interferência política sobre instituições de controle, como a Polícia Federal, a Receita Federal e a Agência Brasileira de Inteligência

Possível uso de agências federais para o benefício pessoal da família do presidente Bolsonaro

Vice-líder do governo no Senado pego escondendo na cueca recursos para o enfrentamento da pandemia

Mudança nas votações do Carf gera risco de redução de denúncias de crimes potenciais a autoridades competentes

O lançamento inesperado de uma nota de R\$ 200 pode facilitar transações ilícitas em espécie

Decreto presidencial liberou os responsáveis por orçamentos públicos da obrigação de atualizar sistemas de transparência fiscal

O desmanche de políticas ambientais, além de falta de transparência e participação social em órgãos de controle do setor



## seção 02

# CONGRESSO NACIONAL

Em ano marcado por reduzido debate e atividades devido à pandemia do Covid-19 (veja página 46), comitês ligados à Câmara dos Deputados discutiram mudanças relevantes nas leis anticorrupção, como a de lavagem de dinheiro e improbidade administrativa, gerando preocupações sobre potenciais retrocessos na luta contra a corrupção. O ano chegou ao fim com uma tentativa inconstitucional de permitir a reeleição dos presidentes do Senado e da Câmara.

# COMISSÕES ESPECIAIS PARA MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO



Em setembro, a Câmara dos Deputados montou uma comissão de especialistas para propor mudanças para a Lei da Lavagem de Dinheiro. Desde o início, o comitê foi criticado por ser composto de um grande número de advogados criminalistas em vez de especialistas do governo de órgãos como o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e a Polícia Federal<sup>63</sup>. Também recebeu críticas pela discussão sobre mudanças vistas por órgãos de controle e aplicação da lei como possivelmente danosas para investigações e persecuções penais. Uma das mudanças discutidas era o estabelecimento de uma lista de crimes antecedentes que teriam que estar vinculados ao crime da lavagem de dinheiro. Esse mecanismo existiu na legislação brasileira até uma mudança em 2012, e é visto pela Polícia Federal<sup>64</sup>, o Ministério Público Federal e o Coaf<sup>65</sup> como um retrocesso. Eles argumentam que a norma atual está alinhada às recomendações do GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional) e que a mudança poderia atrasar e possivelmente tornar impraticável a apreensão dos recursos ilícitos envolvidos.

A expectativa é que a comissão apresente suas sugestões no início de 2021 e que muito do esforço esteja focado em mudanças na tipologia penal em vez de na melhoria de mecanismos para a prevenção de crimes, como a destinação de mais recursos para o Coaf, uma melhor definição para a categoria de Pessoa Exposta Politicamente (PEP) e para as devidas diligências (due diligence) dos sujeitos obrigados. A proposta da comissão será, então, encaminhada para análise e votação pelo Congresso Nacional, um processo em que mudanças significativas podem ocorrer.

Em novembro, outra comissão de especialistas apresentou à Câmara dos Deputados um anteprojeto de lei para estabelecer a proteção de dados pessoais para fins de segurança pública, investigação e repressão de ofensas criminais<sup>66</sup>. A princípio, a intenção da nova lei seria complementar à Lei Geral de Proteção de Dados — que entrou em vigor em setembro, mas evitou tratar de segurança pública, investigações criminais e defesa nacional<sup>67</sup> — e estabelecer diretrizes necessárias para prevenir o mal uso dos dados pessoais. No entanto, como no caso do comitê para a lavagem de dinheiro, a proposta foi duramente criticada. O Ministério Público avaliou que o anteprojeto impõe restrições desproporcionais às investigações e poderia impactar seriamente atividades de órgãos de investigação e repressão<sup>68</sup>. Autoridades policiais também criticaram a proposta, afirmando que ela criaria uma burocracia desnecessária que poderia atrasar o acesso a dados, se contrapor à legislação que hoje já regulamenta o acesso a informações em investigações e, por fim, estabelecer um ambiente hostil para colaborações em prevenção e repressão de crimes<sup>69</sup>.

Esse é um tema complexo, em que é necessário equilibrar a solução de um problema grave e sistêmico de gerenciamento de dados em órgãos de controle, que, com frequência leva a vazamentos e violações de direitos fundamentais à privacidade, com a necessidade de se preservar a capacidade de compartilhamento

interinstitucional de informações - crucial para investigações de grandes esquemas de corrupção e outros crimes organizados.

A Câmara dos Deputados também está avaliando uma controversa mudança na Lei de Improbidade Administrativa, nesse caso, sob discussão de uma comissão especial interna<sup>70</sup>. As mudanças sob consideração também geraram críticas e questionamentos da parte de autoridades. Procuradores declararam que o projeto seria um passo atrás no combate à corrupção, entre outros motivos por definir como improbidade administrativa apenas atos que necessariamente envolvam enriquecimento ilícito ou prejuízos aos cofres públicos, e por exigir provas de que representantes legais das empresas envolvidas em irregularidades tinham conhecimento de que seus atos significavam improbidade administrativa<sup>71</sup>.

A proposta de atualizar uma lei de 1992 é legítima. Há críticas de que faltam especificidade e eficiência à atual legislação e que a norma já está ultrapassada, o que faz com que esforços sejam desviados de grandes investigações que poderiam ter um impacto real na corrupção<sup>72</sup>. A lei atual também acabou levando, ao longo dos anos, a injustiças cometidas contra funcionários públicos, que lidam com uma administração pública disfuncional, por uma interpretação abusiva da lei.

O projeto de lei original, baseado em discussões de uma comissão de especialistas, oferecia adaptações bem-vindas que modernizavam a lei atual, como ressarcimento por dano não material, desqualificação automática para funções públicas, e a possibilidade de acordos entre o estado e o indivíduo sob sanção. No entanto, o atual relator do projeto, deputado Carlos Zarattini, alterou substancialmente o projeto original e reverteu seus objetivos anistando práticas de corrupção, sem o necessário debate.

# VOTAÇÕES RELEVANTES



Em fevereiro, o plenário da Câmara dos Deputados votou para derrubar uma decisão, do Supremo Tribunal Federal, de afastamento do deputado José Wilson Santiago<sup>73</sup>. O deputado havia sido denunciado, em dezembro de 2019, por corrupção e organização criminosa na sequência de uma investigação sobre desvios de recursos para o combate à seca no Nordeste<sup>74</sup>.

Em julho e agosto, a Câmara dos Deputados e o Senado, respectivamente, aprovaram um projeto que direcionava mais recursos para o combate à pandemia do Covid-19<sup>75</sup>. O projeto, no entanto, recebeu uma emenda controversa que concedia a igrejas a isenção de uma contribuição federal e o perdão de dívidas com a Receita Federal. Os milionários tributos em atraso já tinham mobilizado o presidente Jair Bolsonaro, que, segundo relatos da imprensa, chegou a pressionar a Receita para encontrar uma solução que ajudaria um grupo político importante para seu governo (veja página 11).

Durante o ano de 2020, após a chegada da pandemia ao país, tanto a Câmara quanto o Senado adaptaram sua estrutura e funcionamento para atividades remotas, uma situação que acabou reduzindo espaços tradicionais de prestação de contas, debate e participação social (veja página 46). Além disso, houve atraso na tramitação de diversas pautas importantes. Neste cenário, a tramitação da PEC 199/19, para permitir a prisão após condenações em 2ª instância, acabou sendo postergada<sup>76</sup>.

# ELEIÇÕES CONTROVERSAS PARA LIDERANÇAS NO CONGRESSO



Em dezembro, o Supremo Tribunal Federal votou para barrar a reeleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente<sup>77</sup>. Por mais que a Constituição Federal proíba expressamente a reeleição dos presidentes do Congresso Nacional durante um mesmo mandato<sup>78</sup>, tanto Maia quanto Alcolumbre esperavam receber autorização do Supremo para estender suas funções por mais dois anos nas eleições marcadas para fevereiro de 2021. Essa seria a primeira reeleição de Alcolumbre como presidente do Senado. Já Maia, por outro lado, está na presidência da Câmara desde julho de 2016<sup>79</sup>.

Apesar de a reeleição ser claramente inconstitucional, nos dias que antecederam a votação do Supremo, a expectativa era de que a manobra seria aprovada pela maioria dos ministros da corte, já que Alcolumbre e, especialmente, Maia, são vistos como importantes contrapontos aos ataques anti-democráticos do presidente Jair Bolsonaro contra os Poderes Legislativo e Judiciário — foi relatado pela imprensa que Bolsonaro não se oporia a uma reeleição no Senado, mas era fortemente contrário à reeleição de Maia para a presidência da Câmara<sup>80</sup>. A manobra foi, no entanto, barrada após a reação negativa da opinião pública e da pressão para que as intenções originais da Constituição de 1988 fossem mantidas.

---

## seção 02

# POSITIVOS & NEGATIVOS



Após pressão da opinião pública, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a tentativa inconstitucional de reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado



A modificação dos processos legislativos sem tramitação em comissões e outras limitações prejudicaram a transparência, participação e accountability dos parlamentos.

Órgãos de investigação e repressão a crimes manifestaram preocupação de que possíveis modificações nas leis contra lavagem de dinheiro, acesso a dados pessoais e improbidade administrativa poderiam prejudicar esforços da luta anticorrupção



seção 03

# JUDICIÁRIO

No último ano, importantes retrocessos ocorreram no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) contra esforços para combater a corrupção e fraudes eleitorais. A indicação de um novo ministro para a corte, pelo presidente Jair Bolsonaro, também causou preocupação a respeito da independência política do escolhido, já que o impacto desta indicação será decisivo em grandes casos de corrupção, envolvendo indivíduos de grande poder.

# RETROCESSOS NA LUTA ANTICORRUPÇÃO



Em setembro de 2020, o ministro Antonio Dias Toffoli encerrou seu mandato de dois anos à frente da presidência do tribunal. Em julho, responsável por decisões durante o recesso da corte, Toffoli concedeu ao procurador-geral, Augusto Aras, uma decisão liminar determinando que a Força Tarefa da Lava Jato compartilhasse sua base de dados, incluindo dados sigilosos, com a Procuradoria-Geral da República (PGR), o que foi visto como um golpe contra a autonomia dos procuradores (veja página 35). A preocupação é que a empreitada da PGR tenha sido mais uma tentativa casuística de interferência, orientada por interesses que não eram exatamente de aprimoramento institucional, como a criação de um sistema adequado de compartilhamento e governança da informação no Ministério Público Federal. A decisão liminar do ministro Toffoli foi revertida, algumas semanas depois, pelo ministro Edson Fachin, relator do caso no Supremo<sup>81</sup>.

No mesmo mês, o ministro Toffoli acatou um pedido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e suspendeu liminarmente um mandado de busca e apreensão no gabinete do senador José Serra. O mandado de busca e apreensão havia sido expedido por um juiz de primeira instância no âmbito de uma investigação sobre possíveis crimes eleitorais. O ministro Toffoli, no entanto, avaliou que o pedido era demasiado amplo e poderia, potencialmente, colocar em xeque o foro privilegiado do senador e a competência do Supremo no caso<sup>82</sup>.

Alguns dias depois, o ministro Toffoli aceitou um pedido do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, alvo de investigação sobre um possível esquema de corrupção envolvendo contratos na área da saúde<sup>83</sup>, e determinou que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) destituisse e recriasse sob novos parâmetros uma comissão formada para discutir o processo de impeachment do governador<sup>84</sup>. A decisão de Toffoli foi revertida um mês depois<sup>85</sup>.

Pouco antes de deixar a presidência da corte, Toffoli contrariou uma decisão anterior tomada por outro ministro do STF e acatou um pedido da PGR para arquivar doze inquéritos baseados na delação premiada negociada pela Polícia Federal com o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral<sup>86</sup>. A imprensa relatou que a delação de Cabral, condenado em diversos casos de corrupção e lavagem de dinheiro, traz acusações contra autoridades, incluindo parlamentares e ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Toffoli foi substituído na presidência do STF pelo ministro Luiz Fux, que declarou que não pouparia esforços “para o fortalecimento do combate à corrupção” e que não admitiria “qualquer recuo no enfrentamento da criminalidade organizada, da lavagem de dinheiro e da corrupção”<sup>87</sup>.

Em outubro, a corte aprovou uma proposta de Fux para que ações penais e inquéritos voltassem a ser analisados pelo plenário do STF, um procedimento que era o padrão até 2014, quando os ministros decidiram que esses casos deveriam ser julgados pela 2ª Turma<sup>88</sup>. Processos da Operação Lava Jato estavam sob a responsabilidade da turma e, nos últimos meses, a operação sofreu importantes reveses em julgamentos nesse colegiado<sup>89</sup>. A decisão de voltar com os julgamentos para o plenário é vista, assim, como potencialmente favorável a investigações de grandes esquemas de corrupção. Alguns recursos ainda estarão sob responsabilidade da 2ª Turma, como é o caso da ação que questiona a imparcialidade do ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro<sup>90</sup>.

# INQUÉRITO DAS “FAKE NEWS”



Em junho de 2020, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal ratificou a legalidade e a constitucionalidade do Inquérito das “Fake News” (INQ 4781), uma investigação ainda em curso com características controversas e alegadamente inconstitucionais<sup>91</sup>. O inquérito foi aberto pelo ministro Antonio Dias Toffoli, em 2019, para investigar alegadas ameaças e “fake news” envolvendo a Corte e seus membros.

Seu objeto genérico, no entanto, deu a ela um escopo amplo e abriu caminho para decisões controversas, como a suspensão de procedimentos de investigação, pela Receita Federal, contra 133 pessoas expostas politicamente<sup>92</sup> (e que, segundo publicado pela imprensa, envolviam em investigações preliminares o ministro Gilmar Mendes e sua mulher, e a mulher do ministro Toffoli<sup>93</sup>), a censura a uma reportagem que descrevia uma alegada menção ao ministro Toffoli em um acordo de delação assinado com a Força Tarefa da Lava Jato<sup>94</sup>, e, segundo a imprensa, a tentativa de determinar se ministros da corte estavam sob o escrutínio da Força Tarefa da Lava Jato<sup>95</sup>.

Apesar de o inquérito ter sido chancelado pelo plenário do STF, o ministro Edson Fachin, relator do caso, defendeu a necessidade de estabelecer parâmetros mais rígidos para a investigação<sup>96</sup>. Em maio, ou seja, um mês antes de o Supremo chancelar o inquérito das “Fake News”, a Procuradoria-Geral da República solicitou a suspensão da investigação, depois que apoiadores do presidente Jair Bolsonaro foram alvo do inquérito (veja página 33).

# NOVO INDICADO PARA O SUPREMO



Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro indicou um novo ministro para o Supremo Tribunal Federal, após a aposentadoria do ministro Celso de Mello. Mello era reconhecido como um ministro moderado e forte defensor da luta anticorrupção e das instituições democráticas<sup>97</sup>. Em sua primeira oportunidade para preencher uma vaga no Supremo, Bolsonaro escolheu o juiz Kassio Nunes Marques, que foi rapidamente aprovado pelo Senado.

A candidatura de Nunes Marques pegou muitos observadores de surpresa. O escolhido tinha respaldo de políticos do “centrão”<sup>98</sup>, um poderoso bloco político de centro-direita no Congresso Nacional conhecido por apoiar governos em troca de indicações políticas e liberação de emendas parlamentares. Vários integrantes desse bloco político informal são investigados por corrupção, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa e outras ofensas<sup>99</sup>. Segundo relatado pela imprensa, a escolha do ministro Nunes Marques passou pelo filho mais velho do presidente Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro<sup>100</sup>, acusado no esquema da “rachadinha”. Uma das ações que questiona o foro privilegiado concedido ao senador (veja página 28) foi distribuída ao novo ministro<sup>101</sup>.

Em seus primeiros meses no STF, o ministro Nunes Marques se alinhou, repetidamente, ao presidente Bolsonaro ou a ministros que tendem a acatar argumentos da defesa em casos de maior destaque<sup>102</sup>. Em dezembro, durante a controversa discussão sobre permitir ou não a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado (veja página 22), o novo ministro se viu isolado ao defender a permissão para a reeleição do presidente do Senado, mas o impedimento à reeleição do presidente da Câmara, uma posição que ia ao encontro das aspirações do presidente Bolsonaro<sup>103</sup>.

No mesmo mês, o ministro Nunes Marques foi bastante criticado por conceder uma liminar que altera a aplicação da Lei da Ficha Limpa, que estabelece que políticos condenados por crimes como corrupção e lavagem de dinheiro se tornam inelegíveis por oito anos após o cumprimento da pena<sup>104</sup>. A interpretação dada pelo ministro, se confirmada pelo plenário do Supremo, abriria caminho para o encurtamento do período de inelegibilidade de políticos condenados<sup>105</sup>.

Depois de confirmado para o Supremo, Nunes Marques passou a integrar a 2ª Turma<sup>106</sup>, perante a qual há decisões pendentes cruciais ligadas à Operação Lava Jato. Por exemplo, a que vai decidir se o ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro agiu com parcialidade ao condenar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por corrupção e lavagem de dinheiro<sup>107</sup>. A percepção geral é que a turma se encontra dividida, e a opinião do novo ministro pode ser decisiva neste caso, potencialmente impactando o futuro da Operação Lava Jato.

# DECISÕES FAVORÁVEIS AO CÍRCULO POLÍTICO DO PRESIDENTE



Em maio, quando a pandemia do Covid-19 se espalhava pelo Brasil, o ministro João Otávio de Noronha, então presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e permitiu que o presidente Jair Bolsonaro não tornasse público o resultado de seus exames do Covid-19<sup>108</sup>. A decisão do ministro reverteu duas decisões anteriores que tinham determinado que Bolsonaro entregasse os resultados sob o argumento de que a transparência era fundamental para a sociedade brasileira confirmar se o presidente estava infectado ou não<sup>109</sup>. Bolsonaro vinha sob pressão para liberar o resultado, que ele dizia ser negativo, depois que vários integrantes de sua comitiva aos Estados Unidos testaram positivo<sup>110</sup>.

Em julho, o ministro Noronha proferiu outra decisão controversa que favoreceu o clã Bolsonaro. O ministro concedeu a Fabrício Queiroz, um amigo de longa data do presidente e ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, preso pelo esquema da “rachadinha” (veja página 12), a prisão domiciliar sob o argumento do risco da pandemia e da saúde frágil do preso<sup>111</sup>. O mesmo benefício foi estendido à mulher de Queiroz, foragida naquele momento, para que ela pudesse “lhe dispensar as atenções necessárias”<sup>112</sup> — ambas as decisões foram posteriormente revertidas. Segundo relatou a imprensa, ao mesmo tempo em que concedeu a prisão domiciliar à família Queiroz, o ministro rejeitou solicitações similares de presos comuns<sup>113</sup>.

Meses antes das decisões ligadas ao coronavírus, em abril, o presidente Bolsonaro mencionou em um discurso que o ministro Noronha tinha sido, para ele, um caso de “amor à primeira vista”<sup>114</sup>. O ministro é considerado um forte candidato para uma futura vaga no Supremo.

Em junho, outra importante decisão foi proferida em benefício da família Bolsonaro. Foi concedido ao filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro, o foro privilegiado no caso da “rachadinha”, o que significa que ele seria ouvido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em vez de, como esperado, a primeira instância da Justiça.

# JUIZES INVESTIGADOS POR CORRUPÇÃO



Em maio, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceitou a denúncia de organização criminosa e lavagem de dinheiro, apresentada pelo Ministério Público Federal, contra quatro desembargadores e três juizes do Tribunal de Justiça da Bahia supostamente envolvidos num esquema de venda de sentenças judiciais favorecendo a prática da grilagem<sup>115</sup>. A acusação faz parte da Operação Faroeste da Polícia Federal, que teve outros episódios em 2020<sup>116</sup>.

## seção 03

# POSITIVOS & NEGATIVOS



O julgamento de inquéritos e ações penais voltaram a ser analisados pelo plenário do Supremo

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça aceitou a denúncia de organização criminosa e lavagem de dinheiro, apresentada pelo Ministério Público Federal, contra quatro desembargadores e três juízes do Tribunal de Justiça da Bahia supostamente envolvidos em esquema de venda de sentenças judiciais favorecendo a prática da grilagem



O ministro Antonio Dias Toffoli terminou seu mandato de dois anos à frente da presidência do STF com uma série de decisões que prejudicaram investigações contra a corrupção

O STF ratificou o inquérito das “Fake News”, uma investigação controversa que violou princípios básicos constitucionais e ultrapassou suas motivações originais, interferindo em procedimentos e investigações anticorrupção

Recém indicado para o Supremo, o ministro Kassio Nunes Marques mudou a aplicação da Lei da Ficha Limpa, encurtando o período de inelegibilidade de políticos condenados

O STJ concedeu a Fabrício Queiroz, um amigo de longa data do presidente Jair Bolsonaro, prisão domiciliar devido à pandemia do Covid-19, ao mesmo tempo em que presos comuns tiveram pedidos similares negados



seção 04

# MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

No último ano, o Ministério Público Federal se tornou uma grande fonte de preocupação devido ao que se percebe como um alinhamento político do procurador-geral da República Augusto Aras ao presidente Jair Bolsonaro e ao desmanche das Forças Tarefas de procuradores dedicadas a investigações de grandes esquemas de corrupção, como é o caso da Lava Jato e da Greenfield.

# INTERFERÊNCIA INDEVIDA



A indicação, feita pelo presidente Jair Bolsonaro, de Augusto Aras como procurador-geral, em 2019, quebrou uma tradição chave que, desde 2003, vinha consolidando a independência do Ministério Público Federal (MPF). Em vez de escolher um dos nomes contidos na lista tríplice dos candidatos mais votados pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Bolsonaro escolheu um procurador que não tinha nem competido nessa eleição interna<sup>117</sup>. A indicação de Aras foi rapidamente confirmada pelo Senado<sup>118</sup>.

Antes de indicar Aras, o presidente havia destacado que escolheria alguém alinhado com ele<sup>119</sup> e suas políticas<sup>120</sup>. A declaração de Bolsonaro, combinada com a rejeição da lista tríplice da ANPR, causaram preocupação de que a autonomia do órgão poderia ser colocada em xeque.

Apesar das repetidas declarações de Aras de que ele está empenhado na luta anticorrupção<sup>121</sup> e que mantém independência em relação a Bolsonaro<sup>122</sup>, conflitos provocados e escolhas feitas por sua administração, em 2020, de fato geraram receios relacionados à perda de autonomia pelo MPF, à excessiva proximidade com o presidente e ao uso político do órgão para beneficiar aliados e minar adversários<sup>123</sup>. Essa preocupação é especialmente relevante considerando que o procurador-geral é o único capaz de investigar e denunciar criminalmente o presidente.

A proximidade de Aras com o presidente Bolsonaro foi vista como atípica já em seus primeiros meses à frente da PGR, devido a frequentes reuniões com o presidente<sup>124</sup>. Em maio, Bolsonaro elogiou o que percebia como uma “atuação excepcional” do procurador-geral e afirmou que Aras seria um forte candidato caso uma eventual terceira vaga de ministro abrisse no Supremo Tribunal Federal durante seu mandato (a expectativa, porém, é que apenas dois ministros se aposentem durante o primeiro mandato de Bolsonaro)<sup>125</sup>. Depois dessa deixa, a imprensa revelou, em setembro, que Aras mobilizou aliados para ser indicado para o Supremo na vaga aberta pela aposentadoria do ministro Celso de Mello, em outubro (veja página 27).

Decisões tomadas por Aras no último ano, sistematicamente aliadas ao presidente Bolsonaro ou a seu círculo político<sup>126</sup>, também geraram preocupações sobre uma possível perda de independência política. Uma reportagem identificou que, em seu primeiro ano como procurador-geral, Aras se alinhou com o governo mais de 30 vezes, enquanto que, em apenas uma ocasião, apresentou uma ação constitucional contra atos do presidente<sup>127</sup>.

Em abril, na sequência do pedido de demissão do ministro da Justiça Sérgio Moro e de sua acusação de que o presidente queria interferir na Polícia Federal (veja página 11), Aras pediu ao Supremo Tribunal Federal que abrisse um inquérito para investigar possíveis crimes cometidos por Bolsonaro<sup>128</sup>. A solicitação do procurador-geral, no entanto, também incluía uma investigação sobre a veracidade das acusações feitas pelo ministro. Aras também se alinhou ao governo quando defendeu, junto ao STF, não tornar público o conteúdo completo do vídeo da reunião ministerial apontada, pelo ex-ministro Moro, como prova da intenção do presidente em interferir na Polícia Federal, argumentando que o vídeo poderia ser usado politicamente nas eleições de 2022<sup>129</sup>. Posteriormente, o vídeo foi divulgado em sua quase totalidade e revelou fortes evidências de que o presidente Bolsonaro havia pressionado

o ministro da Justiça numa tentativa de interferir com os comandos da Polícia Federal e da superintendência da corporação no Rio de Janeiro<sup>130</sup>. O vídeo também revelou à opinião pública a tentativa do ministro do Meio Ambiente de usar a distração causada pela pandemia do Covid-19 como uma oportunidade para aprovar controversas reformas infra-legais (veja página 16), e os palavrões usados pelo presidente Bolsonaro para se referir aos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro<sup>131</sup>.

Em maio de 2020, Aras levantou suspeitas de que estava beneficiando aliados do presidente Bolsonaro quando mudou sua posição em relação ao inquérito das “Fake News” (INQ 4781), uma controversa investigação formalmente aberta pelo Supremo Tribunal Federal para investigar alegadas ameaças e “fake news” direcionadas à corte e a seus membros (veja página 26). Em 2019, pouco após assumir como procurador-geral, Aras mudou a posição que a PGR tinha até então a respeito do inquérito, e defendeu a investigação e a participação do Ministério Público no caso<sup>132</sup>. Em maio de 2020, no entanto, depois que uma operação da Polícia Federal atingiu apoiadores do presidente Bolsonaro<sup>133</sup>, Aras afirmou que havia sido surpreendido pela decisão de seguir adiante com a operação apesar de sua opinião contrária, e pediu ao STF que suspendesse o inquérito até uma futura análise sobre os limites da investigação<sup>134</sup>.

Em duas oportunidades, em agosto<sup>135</sup> e em setembro<sup>136</sup>, a PGR se posicionou junto ao Supremo contra o questionamento do foro privilegiado concedido ao senador Flávio Bolsonaro, o que vai permitir que seu caso, o esquema da “rachadinha”, seja ouvido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em vez de pela primeira instância da Justiça (veja página 28). A expectativa era que o caso do senador fosse ouvido por um juiz de primeira instância, seguindo a atual interpretação do foro privilegiado usada em tribunais brasileiros<sup>137</sup>.

Em setembro, a PGR mudou radicalmente de posição em relação a uma investigação de corrupção envolvendo o deputado Arthur Lira, um dos líderes do “centrão”, um bloco político informal no Congresso Nacional que, ao longo de 2020, acabou se tornando um pilar crucial para o governo do presidente Bolsonaro — em dezembro, Lira era o candidato de escolha de Bolsonaro para assumir a presidência da Câmara dos Deputados<sup>138</sup> (veja página 22). Em junho, Lira foi denunciado pela PGR em uma detalhada ação apresentada ao STF. Três meses depois, a mesma PGR constrangedoramente pediu para que a denúncia fosse arquivada, argumentando que não havia provas suficientes sobre o envolvimento do deputado<sup>139</sup>.

Uma reportagem de junho<sup>140</sup> revelou que a procuradora Lindôra Maria Araújo, aliada de Aras e nova coordenadora do grupo da operação Lava Jato que atua na PGR, tentou interferir junto à Força Tarefa da operação no Rio de Janeiro para desbloquear uma conta bancária na Suíça de propriedade da família de um empresário condenado por corrupção num esquema que envolveu a rede de transporte público do Rio de Janeiro. Segundo a reportagem, Araújo insistiu no desbloqueio, argumentando que a conta estava vinculada ao pai do empresário, que não tinha sido acusado de crime nenhum, e que ela conhecia a família e pretendia fazer um acordo com o clã. A Força Tarefa entendeu a movimentação como uma tentativa indevida de interferir na autonomia do grupo.

Outros episódios em 2020 causaram preocupação sobre investigações politicamente dirigidas<sup>141</sup>. Em abril, a PGR solicitou às procuradorias nos estados que repassassem a Brasília informações sobre potenciais investigações contra governadores, uma atitude proativa vista internamente como pouco usual<sup>142</sup>. O caso gerou um alerta porque, naquele momento, o presidente Bolsonaro estava em pé de guerra com governadores que cobravam medidas mais duras do governo federal contra a pandemia do Covid-19<sup>143</sup> e criticavam as falhas da gestão Bolsonaro<sup>144</sup> no comando da crise sanitária<sup>145</sup>. Em maio, a Polícia Federal realizou buscas na residência oficial do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, como parte de uma investigação sobre supostos desvios de recursos para o combate à pandemia<sup>146</sup>. Um dia antes da operação, a deputada Carla Zambelli, aliada do presidente Bolsonaro, declarou que, após a saída do ministro da Justiça Sérgio Moro do governo (veja página 11), operações que estavam paralisadas na

Polícia Federal envolvendo governadores e recursos para a pandemia agora seriam destravadas<sup>147</sup>. Witzel, um antigo aliado de Bolsonaro que virou adversário político, rapidamente alegou que era alvo de uma perseguição política<sup>148</sup>. Em agosto, o governador do Rio, contra quem parece haver sólida evidência, foi temporariamente afastado do cargo<sup>149</sup>.

Em 2020, o procurador-geral também se opôs a um acordo de delação fechado pela Polícia Federal com o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, condenado diversas vezes pela Operação Lava Jato. Quando ainda presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Antonio Dias Toffoli concedeu a Aras o arquivamento de 12 inquéritos baseados na delação de Cabral, que já tinham sido autorizados por outro ministro da corte<sup>150</sup> (veja página 25). O caso foi visto como pouco usual e gerou preocupações devido ao fato de que, segundo a imprensa, a delação de Cabral trazia acusações contra autoridades do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Congresso Nacional<sup>151</sup>.

Outro tema grave relacionado à administração do procurador-geral é seu conflito com a Operação Lava Jato, uma posição que o aproxima de um grupo de políticos, juízes e advogados que faz duras críticas à maneira como a operação foi conduzida. Ao mesmo tempo, há questionamentos se sua confrontação com a Lava Jato vai no sentido de enfraquecer o ex-ministro da Justiça e ex-juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, um possível adversário de Bolsonaro nas eleições de 2022.

# DESMONTE DAS FORÇAS TAREFAS



Um dos principais retrocessos do mandato de Augusto Aras como procurador-geral é sua confrontação com as Forças Tarefas que vêm investigando, nos últimos anos, esquemas de corrupção envolvendo relevantes autoridades e empresas públicas e privadas. Nos últimos meses, esse confronto ocorreu tanto interna como publicamente, e envolveu medidas administrativas e judiciais, mobilização política e declarações públicas.

As Forças Tarefas foram uma inovação no sistema brasileiro de execução da lei que, a partir de 2014, permitiu que procuradores trabalhassem em equipes temporárias dedicadas exclusivamente a investigações de grandes esquemas de corrupção. Acordos de leniência e delações premiadas se tornaram mecanismos frequentes usados pelas Forças Tarefas envolvidas nas Operações Lava Jato (originalmente focada em esquemas envolvendo a Petrobras e grandes empreiteiras) e Greenfield (lançada para investigar fraudes em fundos de pensões de empresas públicas). Ambas as operações destrincharam complexos esquemas de corrupção envolvendo figuras proeminentes da política brasileira. Uma avaliação interna da atuação das Forças Tarefas, não apenas essas duas mas também outras criadas desde 2014, destacou, em abril de 2020, a “significativa relevância do trabalho no modelo Força Tarefa para o atingimento de resultados mais efetivos pelo MPF”, apesar de uma falta de geral de estrutura e apoio<sup>152</sup>.

A administração Aras, no entanto, colocou o modelo das Forças Tarefas sob pressão, e o ano de 2020 terminou com muitas incertezas sobre a continuidade das Forças Tarefas da Lava Jato e Greenfield, e de suas investigações.

Em dezembro de 2020, após muita especulação, a PGR autorizou a renovação das Força Tarefas da Lava Jato em Curitiba (até outubro de 2021) e no Rio de Janeiro (até o fim de janeiro de 2021)<sup>153</sup>. O braço da operação em São Paulo, responsável por investigações relacionadas a grandes projetos de infraestrutura no estado<sup>154</sup>, foi descontinuado em setembro de 2020, depois que sete procuradores anunciaram que estavam deixando a Força Tarefa devido a incompatibilidades com a nova promotora titular do ofício e o que eles viam como obstáculos para o cumprimento de suas tarefas<sup>155</sup>. As 190 investigações em andamento pelo grupo paulista<sup>156</sup> ficaram sob responsabilidade da promotora titular ou foram redistribuídas.

Alguns episódios, em 2020, demonstraram a animosidade da atual administração em relação à Força Tarefa da Lava Jato. Em junho, o braço de Curitiba reclamou oficialmente sobre uma inspeção feita pela procuradora Lindôra Maria Araújo, então nova coordenadora do grupo da Lava Jato que atua na PGR, indicada para a função após a saída do antigo coordenador do grupo, alegadamente por desacordo com a administração Aras e queixas de interferência<sup>157</sup>. Na inspeção de junho, Araújo tentou obter acesso a informações, procedimentos e à base de dados da Força Tarefa, incluindo informações confidenciais, sem um pedido ou justificação formal<sup>158</sup>.

Alguns dias depois, em julho, a PGR conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal uma liminar determinando a transferência da base de dados das Forças Tarefas da Lava Jato, com o objetivo alegado de avaliar a existência de investigações envolvendo autoridades protegidas pelo foro privilegiado<sup>159</sup> (veja página 25). Assinada durante o recesso da corte pelo então presidente do STF, ministro Antonio Dias Toffoli, a decisão foi revertida um mês depois pelo relator do caso, ministro Edson Fachin<sup>160</sup>. O conflito sobre a base de dados da Lava Jato, porém, continuou.

Em novembro, a corregedora do MPF, Elizeta de Paiva Ramos, determinou a entrega da base de dados da Lava Jato em Curitiba, como parte de um procedimento interno para avaliar potenciais irregularidades na inspeção de Araújo, em junho, e também relacionadas à Força Tarefa<sup>161</sup>. Em teoria, nem Aras nem Araújo deveriam ter acesso às informações obtidas pela corregedora.

No ano passado, o procurador-geral também vocalizou suas críticas em relação às Forças Tarefas da Lava Jato. Em julho, durante um debate online com advogados, Aras afirmou que era hora de “corrigir rumos”, colocar fim ao “lavajatismo” e impedir a existência de uma “caixa de segredos” dentro do Ministério Público Federal<sup>162</sup>.

Quando criticado por seus pares por suas declarações, durante uma reunião virtual do Conselho Superior do Ministério Público Federal, Aras demonstrou uma atitude autoritária e tentou censurar as críticas que recebia<sup>163</sup>. O episódio mostrou a grave crise interna existente na instituição.

Em paralelo à Lava Jato, a Força Tarefa da Operação Greenfield também enfrentou retrocessos no último ano. Ao longo de 2020, o grupo teve que lidar com uma sequência de renovações curtas de funcionamento por parte da administração Aras, em vez de extensões mais longas que permitiriam à Força Tarefa organizar suas investigações<sup>164</sup>.

Apesar de repetidas solicitações de reforço para ajudar na investigação que crescia, a Força Tarefa perdeu a exclusividade de seus procuradores, que tiveram que voltar a seus postos de origem e acumular as tarefas da Operação Greenfield com demandas locais de investigações. Em setembro, sob o argumento de falta de suporte e estrutura para alcançar os objetivos da investigação, o coordenador do grupo, Anselmo Lopes, deixou o cargo<sup>165</sup>.

Em novembro, uma consulta interna foi feita para indicar novos procuradores para a Greenfield<sup>166</sup>. A convocatória, no entanto, foi vista como ampla demais e desprovida de garantias de que haveria estrutura e apoio suficientes oferecidos pela administração. Depois de um único procurador ter se candidatado para a empreitada, Aras indicou Celso Três como novo coordenador da Greenfield<sup>167</sup>. No passado, Três criticou publicamente o que ele via como “desvios”

produzidas pela Operação Lava Jato<sup>168</sup>. Em dezembro, outros dois procuradores deixaram a Força Tarefa<sup>169</sup>, e o ano terminou com investigações do grupo paralisadas<sup>170</sup> e sem que a Força Tarefa tivesse seu funcionamento renovado<sup>171</sup>.

Em um relatório de setembro, a Força Tarefa da Greenfield afirmou ter 48 investigações criminais em andamento, com outros 24 casos ainda pendentes, envolvendo 435 suspeitos e uma movimentação financeira que chega a R\$ 3 trilhões<sup>172</sup>. Em um ofício enviado à PGR, o novo coordenador da Greenfield afirmou que ele não estava lá “para trabalhar muito” e sugeriu o que ele via como caminhos viáveis para a operação: a transferência de investigações para a Polícia Federal, uma “linha de produção” de acordos de não persecução penal, e a redistribuição de casos que não estejam diretamente ligados a perdas dos fundos de pensão<sup>173</sup>. A proposta de Três foi entendida pelos procuradores como uma maneira de encerrar a Força Tarefa.

A administração Aras tem sinalizado para a substituição do modelo de Forças Tarefas pelos GAECOs (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), uma estrutura que existe há mais de vinte anos em Ministérios Públicos estaduais. Em 2020, os cinco primeiros GAECOs foram criados no MPF, nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Amazonas e Pará<sup>174</sup>. A criação dessa estrutura deve ser celebrada, já que institucionaliza o trabalho de procuradores contra o crime organizado. Aos GAECOs federais, no entanto, ainda faltam condicionantes cruciais, como a exclusividade dos procuradores envolvidos e estrutura de apoio especializado para as investigações, uma fórmula já testada e efetiva em grandes investigações.

Os GAECOs também não são, necessariamente, uma substituição ao modelo de Forças Tarefas, pois esses grupos de atuação especial se mostram bastante adequados para investigações ligadas a organizações criminosas que perduram, como as dedicadas ao tráfico de drogas. O modelo de Forças Tarefas, por outro lado, mostrou ter a flexibilidade necessária para investigações de esquemas de grande corrupção ou outros casos complexos que não necessariamente seriam absorvidas pelas estruturas dos GAECOs, como por exemplo grandes desastres como os de Mariana e Brumadinho. GAECOs e Forças Tarefas podem coexistir, desde que estejam bem equipados e regulados.

O modelo das Forças Tarefas, combinado a recentes reformas legais que estabeleceram instrumentos de colaboração e leniência entre acusados e investigadores, foram uma inovação útil que permitiu o desdobramento de investigações de grandes esquemas de corrupção. É verdade que o modelo pode e deve ser melhorado, o que também deve ocorrer com o gerenciamento de informações pelo Ministério Público Federal. Já existem, inclusive, propostas para melhor regular o modelo, em espera para avaliação pelo Conselho Superior do MPF.

Apesar da recente renovação das Forças Tarefas da Lava Jato em Curitiba e no Rio de Janeiro, existe entre os procuradores uma preocupação de que o modelo será, de fato, abandonado, com a redistribuição dos processos ou sua absorção por estruturas que ainda precisam ser organizadas. Ao mesmo tempo, há indicações de que muito do que garantiu o sucesso do modelo — a exclusividade dada aos procuradores, o trabalho em equipe e estrutura de apoio para as investigações — pode estar chegando ao fim<sup>175</sup>.

Ao atacar a credibilidade das Forças Tarefas e minar administrativamente sua capacidade para investigar, sem oferecer um modelo adequado para substituí-las, o procurador-geral apenas reforça a percepção de que comanda uma administração política e autoritária que ameaça a autonomia constitucional dada aos procuradores, com consequências graves para investigações contra a corrupção.

## seção 04

# POSITIVOS & NEGATIVOS



A criação dos GAECOs no âmbito do MPF, avançando na institucionalização de investigações sobre organizações criminosas; aos GAECOs federais, no entanto, ainda faltam condições necessárias para permitir complexas e profundas investigações e não necessariamente substituem o modelo de forças tarefas.



Perda de independência da PGR e interferências crescentes sobre a instituição

Pressão vinda da PGR para acessar bases de dados de determinadas investigações, em vez de conduzir uma reforma institucional abrangente para solucionar a falta de um adequado sistema de governança da informação no Ministério Público Federal

Agravamento de divisões internas e demonstrações de comportamento autoritário por parte do procurador-geral, Augusto Aras

Desmonte das Forças Tarefas da Lava Jato e Greenfield, prejudicando investigações de grandes esquemas e sem a substituição por um modelo institucional adequado ao enfrentamento da macro corrupção



seção 05

# SOCIEDADE CIVIL E A IMPRENSA

No último ano, a Lei de Acesso à Informação foi desafiada por uma tentativa de suspender prazos para respostas durante a pandemia do Covid-19, e por frequentes atrasos e negativas de informação na esfera nacional e local. Ao mesmo tempo, jornalistas e ONGs estiveram sob frequentes ataques pelo presidente Jair Bolsonaro.

# RETROCESSOS NO ACESSO À INFORMAÇÃO



Em 2020, se tornaram evidentes os desafios à aplicação da Lei de Acesso à Informação, um avanço crucial que conferiu mais transparência à administração pública brasileira.

Em março, quando o Covid-19 começava a se espalhar pelo país, o presidente Jair Bolsonaro publicou uma Medida Provisória suspendendo prazos para respostas a pedidos feitos com base na citada lei em situações específicas que envolviam autoridades públicas em quarentena, trabalhando de maneira remota ou diretamente envolvidas na luta contra a pandemia<sup>176</sup>. A suspensão foi revertida<sup>177</sup> um mês depois pelo Supremo Tribunal Federal.

Em junho, a Controladoria-Geral da União (CGU) reverteu uma posição anterior para negar acesso, solicitado com base na Lei de Acesso à Informação, a pareceres jurídicos relacionados a vetos e sanções presidenciais a leis<sup>178</sup>.

Sob o questionável argumento de sigilo entre advogado e cliente, os pareceres jurídicos foram, na prática, considerados sigilosos e, assim, deixaram de ser fornecidos com base na lei de acesso, um argumento que havia sido aplicado pela Advocacia-Geral da União, em 2017 e 2018, durante o governo do presidente Michel Temer. No entanto, considerando que esses pareceres jurídicos geralmente contêm mais que argumentos legais, a negativa acaba sendo um impedimento para compreender o processo de elaboração de políticas públicas. De acordo com a imprensa, técnicos da CGU se posicionaram contrariamente à decisão de junho<sup>179</sup>.

Em paralelo às já mencionadas barreiras impostas pelo governo federal contra a aplicação da lei, no último ano, governos locais<sup>180</sup> e determinados órgãos federais<sup>181</sup> atrasaram, negaram com argumentos fracos ou simplesmente ignoraram pedidos feitos por meio da lei.

# ATAQUES CONTRA A IMPRENSA E A SOCIEDADE CIVIL



Sob pressão pela forma como conduziu a pandemia, por investigações contra seu círculo político e por controversas posições adotadas por seu governo, o presidente Jair Bolsonaro manteve, ao longo de 2020, ataques públicos contra a imprensa e organizações da sociedade civil.

O episódio mais sério envolvendo a imprensa ocorreu em agosto, depois que Bolsonaro foi questionado sobre uma série de depósitos que teriam sido feitos na conta bancária de sua mulher, a primeira-dama Michelle Bolsonaro, por Fabrício Queiroz, um amigo pessoal do presidente e ex-assessor de seu filho Flávio, investigado no esquema da “rachadinha” (veja página 12). Questionado por um jornalista sobre os depósitos, Bolsonaro afirmou que gostaria de encher a boca do jornalista “na porrada”<sup>182</sup>. No dia seguinte, o presidente continuou seus ataques. Durante um compromisso oficial, ele usou um palavrão para sugerir que jornalistas medrosos seriam menos propensos a sobreviver ao Covid-19 do que alguém como ele<sup>183</sup>.

Nos últimos meses, Bolsonaro também atacou ONGs que trabalham com proteção ambiental. Em setembro, ao discutir políticas ambientais, ele comparou ONGs que trabalham na Amazônia a um “câncer” que ele não consegue “matar”<sup>184</sup>. Algumas semanas depois, durante discurso na Cúpula da Biodiversidade da Organização das Nações Unidas, o presidente declarou que algumas ONGs estavam associadas a organizações que cometem crimes ambientais no Brasil e no exterior<sup>185</sup>. Por fim, em novembro, foi revelado que o governo Bolsonaro estava discutindo uma regulação para estabelecer controle sobre ONGs que trabalham na Amazônia com o objetivo alegado de proteger “interesses nacionais”<sup>186</sup>, um passo visto por organizações do setor como uma ameaça à democracia<sup>187</sup>.

Apesar dos repetidos ataques e retrocessos nas políticas ambientais durante 2020, sociedade civil e instituições cruciais reagiram ao desmonte de programas e orçamentos (veja página 17).

# ATAQUES À TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL



Em dezembro de 2020, a Transparência Internacional foi alvo de ataques caluniosos no Brasil baseados em falsas alegações de que estava recebendo (ou iria receber) recursos e assumindo um papel de gestão de investimentos sociais (fundos compensatórios) procedentes de multas aplicadas por acordos de leniência assinados pelo Ministério Público brasileiro com empresas acusadas de corrupção.

As falsas alegações foram categoricamente rejeitadas pela Transparência Internacional<sup>188</sup> e pelo próprio Ministério Público<sup>189</sup> em comunicados oficiais.

Ataques à Transparência Internacional são uma triste, mas frequente consequência de seu trabalho ao redor do mundo expondo e combatendo a corrupção. Eles são, no entanto, levados muito a sério em cada ocasião, já que representam ataques a direitos fundamentais e servem como indicador da qualidade do espaço cívico e do regime democrático num país — particularmente quando os ataques partem de autoridades públicas.

Um dos principais retrocessos na luta anticorrupção no Brasil está, justamente, na crescente hostilidade com a imprensa e a criminalização da sociedade civil, alimentada pelo discurso de ódio do presidente Bolsonaro. A consequência desta tendência, infelizmente, vai muito além da agenda anticorrupção e está minando pilares centrais do regime democrático brasileiro.

---

## seção 05

# POSITIVOS & NEGATIVOS



A Lei de Acesso à Informação foi desafiada por uma tentativa do governo federal de suspender os prazos para respostas devido à pandemia do Covid-19, e por uma mudança na interpretação da CGU que barrou o acesso a pareceres jurídicos; além disso, na esfera local, solicitantes de acesso à informação têm enfrentado atrasos, negativas injustificadas ou simplesmente não têm recebido respostas a pedidos feitos por meio da lei

O presidente Jair Bolsonaro ameaçou atacar fisicamente um jornalista e comparou ONGs a um “câncer” que ele não consegue “matar”; a imprensa revelou que seu governo pretende controlar ONGs na região amazônica



## seção 06

# PANDEMIA DO COVID-19

A pandemia do Covid-19 forçou a administração pública a fazer mudanças, em procedimentos internos e externos, para permitir que atividades fossem feitas de maneira remota e para agilizar a compra de suprimentos médicos. A necessária flexibilidade imposta a compras públicas parece ter favorecido esquemas de fraudes e corrupção, identificados por instituições de controle, envolvendo recursos destinados ao combate da pandemia. Ao mesmo tempo, medidas para garantir o distanciamento social prejudicaram a participação social no Congresso Nacional e em órgãos do legislativo local.

# INVESTIGAÇÕES DE ESQUEMAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO



Em 2020, todos os níveis de governo no país flexibilizaram regras para compras públicas e definições orçamentárias para poder responder com eficiência às demandas e despesas emergenciais geradas pela pandemia<sup>190</sup>. Apesar de esse ter sido um passo necessário para garantir uma rápida destinação de recursos públicos para combater uma crise sanitária sem precedentes, o relaxamento aumentou a pressão sobre o já frágil sistema brasileiro de compras públicas.

Nos últimos meses, órgãos de controle e repressão a crimes desvelaram casos potenciais de fraudes milionárias, incluindo a aquisição de ventiladores<sup>191</sup> e a montagem de hospitais de campanha<sup>192</sup>. Entre os problemas identificados nos processos de compras públicas estão: grande variedade de preços, valores unitários que não apresentaram reduções nem em compras em grandes quantidades, contratos feitos com empresas de outros setores que não o da saúde e pagamento antecipado por parte das autoridades públicas por materiais ou equipamentos médicos que tinham defeitos, chegaram com atraso ou nunca foram entregues<sup>193</sup>.

Em outubro, a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) lançaram uma operação relacionada a fraudes em contratações públicas para a pandemia no estado de Roraima<sup>194</sup> que levou ao caso do senador Chico Rodrigues sendo pego com dinheiro escondido na cueca (veja página 13). De acordo com a PF, os esforços da corporação durante os nove primeiros meses da pandemia se concretizaram em 67 operações especiais de polícia judiciária ligadas a investigações sobre contratações públicas com recursos destinados ao combate da pandemia num valor que supera R\$ 2 bilhões.

Em novembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou uma lista de candidatos às eleições municipais de 2020 que receberam o auxílio emergencial pago pelo governo federal, no contexto da pandemia, apesar de terem declarado renda elevada, o que, em teoria, estaria em desacordo com as regras da política de emergência<sup>195</sup>. No mesmo mês, o TCU lançou um relatório onde identificou deficiência e pouca efetividade no controle dos registros para o auxílio emergencial, apontando 430 mil casos (de um total de 67 milhões) onde havia indícios de pagamento indevido do auxílio, num total de R\$ 813 milhões<sup>196</sup>. Segundo o TCU, controles internos e recomendações feitas a outras instâncias do governo federal levaram ao cancelamento de 4 milhões de pagamentos indevidos do auxílio emergencial e a uma economia de R\$ 8,8 bilhões. Para responder à pandemia, o TCU criou uma plataforma interna para reunir informações

que estavam dispersas em diferentes fontes e, assim, ter maior capacidade de analisar o risco em contratações públicas (“Painel CoviData”).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também estabeleceu uma instância interna para monitorar a pandemia (GIAC-Covid-19), e a Câmara de Combate à Corrupção (5CCR) fez um esforço para disseminar aos procuradores informação sobre recomendações para compras públicas emergenciais e outros mecanismos para combater atividades criminosas na pandemia.

Apesar de as investigações sobre fraudes e corrupção durante a pandemia mostrarem a vulnerabilidade dos sistemas de contratações públicas e dos cadastros da assistência social no país, por outro lado, são um bom indicativo do trabalho feito pelas controladorias, procuradores e promotores, e pela polícia, também no nível local, na fiscalização de irregularidades e má gestão.

# RANKING DA TRANSPARÊNCIA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



Em 2020, a Transparência Internacional Brasil criou um ranking para monitorar os esforços de transparência nas contratações feitas por entidades governamentais durante a pandemia, e divulgou quatro rodadas de avaliações para monitorar as melhorias observadas a nível nacional, estadual e municipal<sup>197</sup>.

O ranking identificou diferentes níveis de conformidade, mas destacou o interesse, por uma boa parte das autoridades locais, de melhorar os níveis de transparência em suas compras públicas emergenciais. Da primeira avaliação, em maio, para a terceira, em julho, o índice da Transparência Internacional Brasil registrou um aumento de 62% nos resultados médios obtidos por estados e capitais de estados brasileiros. Para a quarta rodada, divulgada em setembro, houve uma mudança de metodologia para incluir critérios ainda mais rigorosos e o monitoramento de doações, programas de estímulos econômicos e medidas de proteção social. Mesmo com as mudanças metodológicas, os desempenhos médios continuaram altos.

# REDUÇÃO NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Durante o ano passado, devido à pandemia, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados adaptaram seus procedimentos parlamentares para permitir que a maior parte das atividades fosse feita de maneira remota. No final de 2020, a Câmara informou ter aprovado, apesar das novas regras de operação, o maior número de propostas na última década<sup>198</sup>.

Apesar da alegada eficiência nas atividades remotas e de o sistema implementado ter permitido o acompanhamento online dos debates parlamentares, a mudança nos procedimentos fez com que projetos de lei e outros atos fossem votados diretamente no plenário<sup>199 200</sup>, deixando de ser avaliados previamente pelas comissões temáticas, um passo que tradicionalmente permitia amplo debate e participação social.

Órgãos estaduais e municipais do legislativo fizeram adaptações parecidas, também reduzindo os níveis de transparência e participação no processo de elaboração das leis. Com esta redução dos controles institucionais e sociais, em março, vereadores de São Paulo aprovaram um projeto que incluía uma emenda oportunista (o “jabuti”) para limitar o poder punitivo da Controladoria-Geral do Município, ao criar uma nova instância política para apelações contra decisões administrativas e a aplicação da Lei Anticorrupção<sup>201</sup>. O caso levou ao pedido de demissão do controlador-geral do município, Gustavo Ungaro<sup>202</sup>.

## seção 06

# POSITIVOS & NEGATIVOS



Órgãos de controle e repressão a crimes foram capazes de identificar esquemas de fraude e corrupção ligados a recursos para combater a pandemia, tanto em compras públicas como auxílios emergenciais

Ranking da Transparência Internacional Brasil mostrou que uma boa parte das autoridades locais melhorou, ao longo de 2020, a transparência de seus processos de compras emergenciais



A flexibilização em regras para contratações públicas, devido ao Covid-19, acabou gerando mais oportunidades para fraudes e corrupção; investigações apontaram supostos esquemas de corrupção

Procedimentos para votações remotas implementados pelo Congresso Nacional e por órgãos locais do legislativo, devido à pandemia, provocaram uma redução na transparência, no debate e na participação social



seção 07

# ELEIÇÕES LOCAIS EM 2020

As eleições municipais de novembro tiveram como resultado um ganho em diversidade, com uma maior proporção de grupos minoritários e historicamente marginalizados candidatos e eleitos, uma renovação que pode levar a mudanças nas práticas políticas tradicionais e a um fortalecimento da democracia. A luta anticorrupção não foi um destaque em especial durante o debate eleitoral, e uma grande proporção de brasileiros afirmou que votaria em candidatos sob investigação.

# GANHO EM DIVERSIDADE, MAS DEBATE ANTICORRUPÇÃO AUSENTE



Nas eleições locais de 2020, os brasileiros elegeram um número recorde de candidatos LGBT. Segundo mapeamento feito por associações da sociedade civil, 90 candidatos LGBT foram eleitos para legislativos municipais em 72 cidades do país<sup>203</sup>, em comparação com os 38 eleitos no pleito anterior<sup>204</sup>. Trinta dos novos vereadores são transgêneros<sup>205</sup>, quase quatro vezes o número de candidatos transgêneros eleitos em 2016<sup>206</sup>. Em capitais como São Paulo, Belo Horizonte e Aracaju, candidatos transgêneros acabaram entre os vereadores mais votados.

Pela primeira vez desde que esses dados passaram a ser coletados, em 2014, o número de candidatos negros foi maior que o de brancos<sup>207</sup>. Ainda assim, apenas 32% dos prefeitos eleitos são negros<sup>208</sup>. O desempenho de mulheres também foi tímido. Entre as 27 capitais, apenas uma será comandada por uma mulher (Palmas)<sup>209</sup>. Dados do primeiro turno mostraram que mulheres governariam 651 cidades (12,1%), enquanto homens seriam prefeitos de 4.750 cidades (87,9%)<sup>210</sup>. Nesse sentido, avanços nos legislativos municipais também são tímidos: mulheres vão ocupar 16% dos cargos de vereadores, comparado com 13,5% conseguidos em 2016<sup>211</sup>.

Apesar de ainda haver um longo caminho para que o resultado das eleições reflita a composição da população brasileira, o ganho de diversidade no pleito de 2020 deve ser celebrado, não apenas pelas políticas progressistas que a diversidade levanta mas também pela renovação política que ela representa, permitindo desalojar práticas políticas antigas e abrir espaço para uma participação mais democrática e, potencialmente, menos corrupta.

Um fator que provavelmente afetou o resultado das eleições para candidatas mulheres e candidatos negros foi a distribuição desigual de recursos públicos eleitorais entre as campanhas. Cálculos divulgados nas semanas anteriores à eleição revelaram uma grande concentração de desses recursos nas mãos de alguns poucos candidatos<sup>212</sup>, e uma distribuição de recursos para candidatos negros e candidatas mulheres, em muitos casos, abaixo do estabelecido pelas regras eleitorais<sup>213</sup>. A disparidade na distribuição discricionária dos recursos públicos já era esperada<sup>214</sup>. A criação do Fundo Eleitoral, em 2017, foi questionada junto ao Supremo Tribunal Federal<sup>215</sup>.

Outra oportunidade perdida nas eleições de 2020 foi a ausência de debates sobre propostas para melhorar a luta anticorrupção. Na realidade, uma pesquisa de opinião revelou que mais de 40% dos brasileiros de quatro capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife) admitiram a possibilidade de votar em um candidato sob investigação por corrupção, um percentual que chegou a 50% no Rio de Janeiro<sup>216</sup>, uma cidade mergulhada em escândalos de corrupção.

Nesse sentido, apesar de abrigar o maior número de políticos com foro privilegiado investigados na Operação Lava Jato<sup>217</sup>, o PP conquistou o segundo maior número de prefeituras nas eleições de 2020, passando de 495 prefeitos para 685, um desempenho especialmente robusto nas regiões Sul e Nordeste<sup>218</sup>.

# ATAQUE HACKER



As eleições de novembro foram perturbadas pela invasão do sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), supostamente pelo grupo hacker CyberTeam, liderado por um português de 19 anos identificado como Zambrius. Ele foi preso em uma ação conjunta entre a Polícia Federal brasileira e a polícia portuguesa<sup>219</sup>. O ataque consistiu em disseminar informações administrativas de antigos funcionários e ministros do TSE. Além disso, houve uma segunda tentativa de ataque, com acessos múltiplos vindos do Brasil, da Nova Zelândia e dos Estados Unidos. Essa segunda tentativa foi totalmente neutralizada.

Apesar da confirmação, por parte de especialistas, de que o ataque não comprometeu a confiabilidade do resultado das urnas<sup>220</sup>, diversos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro disseminaram informações na internet com o objetivo de desqualificar o sistema eleitoral do país<sup>221</sup>. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostrou que postagens com desinformação sobre a suposta existência de fraudes nas urnas e de manipulação do sistema eleitoral são cada vez mais numerosas no país, em plataformas como YouTube e Facebook<sup>222</sup>. É esperado, assim, que o episódio de ataque hacker contra o TSE seja usado, nas eleições gerais de 2022, para questionar um eventual resultado desfavorável para Bolsonaro e seu círculo político.

## seção 07

# POSITIVOS & NEGATIVOS



Ganho de diversidade nas eleições municipais de 2020, com aumento no número de candidatos e eleitos provenientes de grupos minoritários ou historicamente excluídos. O processo de democratização da representação política é um dos mais importantes caminhos na luta anticorrupção no médio e longo prazos, desalojando antigas estruturas de poder que são vastamente responsáveis pela corrupção sistêmica do país



A distribuição de recursos públicos eleitorais entre candidatas mulheres e candidatos negros ainda parece estar aquém do estipulado pelas regras eleitorais

A luta anticorrupção foi um debate ausente nas eleições de 2020, e uma alta proporção de brasileiros declarou que votaria em candidatos sob investigação

O episódio de ataque hacker ao TSE pode aumentar a circulação de “fake news” e a desconfiança sobre o sistema eleitoral brasileiro

# BIBLIOGRAFIA



- 1 [https://issuu.com/transparencyinternational/docs/ti\\_br\\_-\\_retrospectiva-brasil-2019](https://issuu.com/transparencyinternational/docs/ti_br_-_retrospectiva-brasil-2019)
- 2 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-avisa-moro-que-vai-trocar-diretor-geral-da-policia-federal.shtml>
- 3 <https://oglobo.globo.com/brasil/pressao-de-bolsonaro-levou-pf-antecipar-em-4-meses-saida-de-superintendente-do-rio-23883048>
- 4 <https://oglobo.globo.com/brasil/moro-ao-pedir-demissao-bolsonaro-queria-interferir-pessoalmente-na-pf-ligar-para-diretores-superintendentes-ter-acesso-relatorios-1-24390923>
- 5 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/moro-bolsonaro-inquerito-stf-entenda.ghtml>
- 6 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/novo-diretor-geral-da-pf-alexandre-ramagem-esta-na-corporacao-desde-2005-e-e-amigo-da-familia-bolsonaro-veja-perfil.ghtml>
- 7 <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442298&ori=1>
- 8 <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/primeiro-ato-de-novo-chefe-da-pf-e-mudanca-da-direcao-no-rio-de-janeiro>
- 9 <https://oglobo.globo.com/economia/e-impressionante-como-receita-atrapalha-desenvolvimento-do-brasil-diz-bolsonaro-24289029>
- 10 [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/04/30/internas\\_economia,1143278/bolsonaro-pressiona-receita-federal-perdoar-dividas-igreja-evangelica.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/04/30/internas_economia,1143278/bolsonaro-pressiona-receita-federal-perdoar-dividas-igreja-evangelica.shtml)
- 11 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/13/bolsonaro-veta-perdao-de-dividas-tributarias-de-igrejas-informa-governo.ghtml>
- 12 <https://oglobo.globo.com/brasil/mp-denuncia-flavio-bolsonaro-queiroz-mais-15-pessoas-por-rachadinha-na-alerj-1-24727627>
- 13 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/ex-assessora-de-flavio-bolsonaro-admite-rachadinha-e-entrega-de-dinheiro-a-queiroz.shtml>
- 14 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/saques-de-ex-auxiliar-de-flavio-bolsonaro-ocorriam-apos-depositos-de-valor-similar.shtml>
- 15 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/saques-de-ex-auxiliar-de-flavio-bolsonaro-ocorriam-apos-depositos-de-valor-similar.shtml>
- 16 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/20/entenda-suspeitas-do-mp-sobre-flavio-bolsonaro-em-esquema-de-rachadinhas-na-alerj.ghtml>
- 17 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/07/queiroz-e-a-mulher-depositaram-r-89-mil-em-cheques-na-conta-de-michelle-bolsonaro.ghtml>
- 18 <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-cheque-de-ex-assessor-para-michelle-foi-pagamento-de-divida-23289990>
- 19 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/quebra-de-sigilo-revela-27-depositos-da-familia-queiroz-a-michelle-e-coloca-em-duvida-versao-de-bolsonaro.shtml>
- 20 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/23/orgaos-do-governo-buscaram-anular-investigacao-de-ex-assessor-de-flavio-bolsonaro-diz-revista.ghtml>
- 21 <https://oglobo.globo.com/brasil/revista-epoca-abin-fez-relatorios-para-orientar-defesa-de-flavio-bolsonaro-na-anulacao-do-caso-queiroz-1-24792193>
- 22 [https://crusoe.com.br/edicoes/138/a-abin-do-b/?utm\\_source=crs-site&utm\\_medium=crs-login&utm\\_campaign=redir](https://crusoe.com.br/edicoes/138/a-abin-do-b/?utm_source=crs-site&utm_medium=crs-login&utm_campaign=redir)

- 23** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/07/bolsonaro-diz-que-acabou-com-a-operacao-lava-jato-porque-governo-nao-tem-mais-corrupcao.ghtml>
- 24** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/pf-apreende-dinheiro-entre-as-nadegas-de-vice-lider-do-governo-bolsonaro-em-acao-sobre-covid.shtml>
- 25** <https://www.metropoles.com/brasil/em-video-bolsonaro-diz-que-tem-quase-uniao-estavel-com-chico-rodrigues>
- 26** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/apos-flagra-de-dinheiro-entre-as-nadegas-aliados-pedem-a-senador-que-se-afaste-de-vice-lideranca-de-bolsonaro.shtml>
- 27** <https://transparenciainternacional.org.br/retrocessos/>
- 28** <https://www.gov.br/cgu/pt-br/anticorrupcao/plano-anticorrupcao.pdf>
- 29** [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1101277/do1-2017-12-18-resolucao-n-11-de-11-de-dezembro-de-2017-1101273-1101273](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1101277/do1-2017-12-18-resolucao-n-11-de-11-de-dezembro-de-2017-1101273-1101273)
- 30** [https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/02/75-dos-orgaos-federais-descumprem-regras-sobre-publicacao-de-agendas-diz-cgu\\_97516.php](https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/02/75-dos-orgaos-federais-descumprem-regras-sobre-publicacao-de-agendas-diz-cgu_97516.php)
- 31** <http://www.portaltransparencia.gov.br>
- 32** [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50905/Circ\\_3978\\_v2\\_P.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50905/Circ_3978_v2_P.pdf)
- 33** <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/carf-um-tribunal-paralelo-a-servico-dos-sonegadores/>
- 34** <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/voto-de-qualidade-e-extinto-no-carf-14042020>
- 35** <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/parecer-carf-economia-06072020>
- 36** <https://www.conjur.com.br/2020-nov-30/justica-afasta-uso-voto-qualidade-processo-carf>
- 37** <https://www.jota.info/wp-content/uploads/2020/09/sindifisco-nacional-gafi-mr-david-lewis.pdf>
- 38** <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/12/18/notas-de-r-200-encalham-e-menos-de-10-do-prometido-circula-na-economia>
- 39** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/banco-central-anuncia-lancamento-da-nota-de-r-200>
- 40** [https://www.transparencia.org.br/blog/wp-content/uploads/2020/08/NOTA\\_PÚBLICA\\_NOTA\\_200.pdf](https://www.transparencia.org.br/blog/wp-content/uploads/2020/08/NOTA_PÚBLICA_NOTA_200.pdf)
- 41** <https://oglobo.globo.com/brasil/laudo-da-pf-mostra-dinheiro-apreendido-na-cueca-do-senador-veja-imagem-24694628>
- 42** <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/12/18/notas-de-r-200-encalham-e-menos-de-10-do-prometido-circula-na-economia>
- 43** <https://g1.globo.com/economia/pix/noticia/2020/11/16/pix-comeca-a-funcionar-nesta-segunda-feira-saibadudo-sobre-a-nova-modalidade-de-pagamentos.ghtml>
- 44** <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/11/12/bolsonaro-decreto-transparencia-revogacao.htm>
- 45** <https://migalhas.uol.com.br/amp/quentes/336379/psb-alega-no-supremo-que-decreto-de-bolsonaro-produz-apagao-na-transparencia-publica>
- 46** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>
- 47** <https://oglobo.globo.com/sociedade/presidente-do-ibama-se-reuniu-com-madeireiras-multadas-em-26-milhoes-antes-de-afrouxar-regras-para-exportacao-24766354#:~:text=BRASÍLIA%20-%20%20presidente%20do%20ibama,no%20dia%206%20de%20fevereiro>
- 48** <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/politica-ambiental-de-bolsonaro-em-xeque/>
- 49** <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/operacao-arquimedes/entenda-o-caso>
- 50** <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/alemanha-e-franca-compraram-madeira-ilegal-do-brasil-indicam-acoes-da-pf-bolsonaro-ameaca-europeus.shtml>
- 51** <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/em-nova-boiada-salles-enfraquece-normas-ambientais/>
- 52** <http://www.diretodaciencia.com/2019/01/23/mma-e-aliados-de-bolsonaro-discutem-hoje-pauta-contraria-ao-discurso-em-davos/>

- 53** <https://www.oeco.org.br/reportagens/novo-conama-completara-um-ano-esvaziado-e-sem-se-reunir/>
- 54** <https://oglobo.globo.com/sociedade/meio-ambiente/organizacoes-da-sociedade-civil-lancam-campanha-por-aumento-no-orcamento-para-meio-ambiente-em-2021-24777164>
- 55** <http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2020/09/nota-OC-execucao-orcamentaria-MMA-Administracao-Direta-final.pdf>
- 56** <https://apublica.org/2020/08/governo-bolsonaro-reduz-multas-em-municipios-onde-desmatamento-cresce/>
- 57** <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/06/ministerio-publico-federal-pede-afastamento-do-cargo-do-ministro-ricardo-salles.ghtml>
- 58** <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-pede-afastamento-de-ricardo-salles-do-ministerio-do-meio-ambiente-por-improbidade-administrativa/view>
- 59** <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/ao-stf-helena-diz-que-governos-e-personalidades-estrangeiras-mentem-sobre-amazonia-para-derrubar-bolsonaro.shtml>
- 60** <https://www.conectas.org/noticias/stf-realiza-audiencia-inedita-sobre-crise-ambiental-e-emergencia-climatica>
- 61** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/11/12/tcu-questiona-nomeacoes-de-salles.htm>
- 62** <http://enccla.camara.leg.br/acoes>
- 63** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/06/entidades-pedem-participacao-em-comissao-da-camara-sobre-lavagem-de-dinheiro.ghtml>
- 64** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/27/exigencia-de-crime-anterior-pode-matar-apuracao-de-lavagem-de-dinheiro-no-brasil-diz-especialista.ghtml>
- 65** <https://oglobo.globo.com/brasil/coaf-bc-bancos-rebatem-mudancas-propostas-por-advogados-na-lei-de-lavagem-de-dinheiro-em-comissao-da-camara-1-24732681>
- 66** <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-anteprojeto-da-lgpd-penal-e-a-in-seguranca-publica-e-nao-persecucao-penal-09122020>
- 67** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/texto-de-lei-de-protecao-de-dados-para-assuntos-penais-restringe-investigacoes-diz-estudo-da-pgr.shtml>
- 68** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/texto-de-lei-de-protecao-de-dados-para-assuntos-penais-restringe-investigacoes-diz-estudo-da-pgr.shtml>
- 69** <https://images.jota.info/wp-content/uploads/2020/12/alerta-geral-contra-lgpd-penal-ult.pdf>
- 70** [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1938173&filename=Tramitacao-PL+10887/2018](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1938173&filename=Tramitacao-PL+10887/2018)
- 71** <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/NT4.2020AnalisedePontosCriticos.PL10.887.20.pdf>
- 72** <https://virtunews.com.br/carlos-ari-sundfeld-lei-de-improbidade-e-reforma-administrativa/>
- 73** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/05/camara-reverte-decisao-do-stf-e-derruba-afastamento-do-deputado-jose-wilson-santiago.ghtml>
- 74** <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/operacao-pes-de-barro-pgr-envia-ao-supremo-relatorio-das-buscas-e-apreensoes-em-enderecos-ligados-ao-deputado-wilson-santiago>
- 75** <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/18/recursos-economizados-com-precatorios-poderao-ser-usados-no-combate-a-covid-19>
- 76** <https://www.camara.leg.br/noticias/699382-maia-espera-votar-ate-o-fim-do-ano-a-pec-da-prisao-em-2-instancia>
- 77** <https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-julga-ser-inconstitucional-reeleicao-dos-presidentes-da-camara-e-do-senado-06122020>
- 78** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/veto-a-reeleicao-no-congresso-foi-incluido-na-constituicao-de-maneira-explicita.shtml>
- 79** <https://www.camara.leg.br/noticias/493156-rodrigo-maia-assume-presidencia-da-camara-e-agradece-apoio-de-partidos>
- 80** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/isolado-voto-de-kassio-sobre-reeleicao-no-congresso-coincidiu-com-desejo-do-governo-bolsonaro.shtml>

- 81** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/03/fachin-revoga-decisao-de-toffoli-que-permitia-compartilhamento-de-dados-entre-pgr-e-forcas-tarefa-lava-jato.ghtml>
- 82** <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=447952>
- 83** <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53947451>
- 84** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/27/toffoli-determina-formacao-de-nova-comissao-especial-para-analisar-impeachment-de-witzel.ghtml>
- 85** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/28/moraes-revoga-decisao-de-toffoli-e-mantem-rito-do-impeachment-de-witzel.ghtml>
- 86** <https://oglobo.globo.com/brasil/toffoli-arquiva-todos-os-inqueritos-da-delacao-de-sergio-cabral-com-policia-federal-24641718>
- 87** <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/DiscursoPosseFux.pdf>
- 88** <https://www.reuters.com/article/politica-lavajato-stf-plenario-idLTAKBN26S332>
- 89** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/em-vitoria-da-lava-jato-stf-retira-acoes-penais-das-turmas-e-devolve-ao-plenario.shtml>
- 90** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/moro-tera-agora-de-defender-sua-biografia-no-stf-em-caso-que-pode-beneficiar-lula.shtml>
- 91** <https://www.transparency.org/en/publications/brazil-setbacks-in-the-legal-and-institutional-anti-corruption-frameworks>
- 92** <https://www.jota.info/stf/do-supremo/pgr-recorre-de-decisao-que-suspendeu-apuracoes-da-receita-federal-contras-133-contribuintes-06082019>
- 93** <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-em-capitulos-a-criese-entre-a-receita-federal-e-os-tres-poderes,70002976993>
- 94** <https://www.oantagonista.com/brasil/o-amigo-do-amigo-de-meu-pai/>
- 95** <https://crusoe.com.br/edicoes/125/em-causa-propria-2/>
- 96** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/10/relator-edson-fachin-vota-no-stf-pela-validade-de-inquerito-das-fake-news-julgamento-e-suspenso.ghtml>
- 97** <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/07/semana-marca-despedida-de-celso-de-mello-das-sessoes-do-supremo.ghtml>
- 98** <https://oglobo.globo.com/brasil/kassio-nunes-tem-apoio-de-lideres-do-centrao-flavio-bolsonaro-para-stf-24669471>
- 99** <https://www.otempo.com.br/politica/um-em-cada-quatro-deputados-do-centrao-que-apoiam-bolsonaro-e-investigado-1.2349132>
- 100** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/amiga-de-flavio-bolsonaro-tia-carminha-e-madrinha-da-indicacao-de-kassio-ao-stf.shtml>
- 101** <https://oglobo.globo.com/brasil/acao-no-stf-contras-foro-privilegiado-de-flavio-no-caso-da-rachadinha-fica-com-kassio-nunes-ministro-indicado-por-bolsonaro-24732599>
- 102** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/kassio-se-isola-na-defesa-de-pautas-de-bolsonaro-no-stf-e-cumpre-expectativa-garantista.shtml>
- 103** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/isolado-voto-de-kassio-sobre-reeleicao-no-congresso-coincidiu-com-desejo-do-governo-bolsonaro.shtml>
- 104** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm)
- 105** <https://www.jota.info/stf/do-supremo/nunes-marques-da-liminar-que-suspende-trecho-da-lei-da-ficha-limpa-21122020>
- 106** <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=455028&ori=1>
- 107** <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=397584>
- 108** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/presidente-do-stj-permite-que-bolsonaro-nao-entregue-resultado-de-exame-de-coronavirus.shtml>

**109** <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-manda-bolsonaro-entregar-resultado-de-exames-de-coronavirus-24413680>

**110** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/23/sobe-para-23-o-total-de-pessoas-que-estiveram-com-bolsonaro-nos-eua-e-tem-coronavirus.ghtml>

**111** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/presidente-do-stj-decide-transferir-queiroz-para-prisao-domiciliar.shtml>

**112** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/09/em-decisao-ministro-diz-ser-recomendavel-que-esposa-de-queiroz-foragida-fique-com-ele.ghtml>

**113** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/apos-autorizar-prisao-domiciliar-para-queiroz-noronha-nega-beneficio-a-grupo-de-risco-de-covid-19.shtml>

**114** <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53358224>

**115** <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Operacao-Faroeste-recebida-denuncia-contradesembargadores-do-TJBA-e-mais-11-pessoas.aspx>

**116** <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/30/operacao-faroeste-mpf-denuncia-desembargadora-do-tj-ba-e-3-advogados-por-corrupcao-lavagem-de-dinheiro-e-organizacao-criminosa.ghtml>

**117** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-ignora-lista-triplice-e-diz-augusto-aras-que-o-indicara-a-pgr.shtml>

**118** <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/25/senado-aprova-indicacao-de-augusto-aras-para-a-pgr>

**119** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-diz-que-novo-pgr-deve-ser-um-homem-e-sera-indicado-ate-quinta-feira.shtml>

**120** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-novo-pgr-devera-ser-alinhado-com-o-governo>

**121** <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/07/29/aras-diz-que-assegurou-a-senadores-que-combate-a-corrupcao-esta-garantido.htm>

**122** <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52899361>

**123** <https://transparenciainternacional.org.br/retrocessos/>

**124** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/procurador-geral-augusto-aras-esteve-com-presidente-mais-que-o-dobro-de-vezes-de-antecessora.shtml>

**125** <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-atuacao-de-aras-excepcional-sugere-indicacao-ao-stf-caso-surja-uma-vaga-alem-das-ja-previstas-ate-2022-24451567>

**126** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/em-1-ano-na-pgr-aras-move-uma-acao-contrabolsonaro-e-se-alinha-ao-governo-mais-de-30-vezes.shtml>

**127** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/em-1-ano-na-pgr-aras-move-uma-acao-contrabolsonaro-e-se-alinha-ao-governo-mais-de-30-vezes.shtml>

**128** <https://oglobo.globo.com/brasil/aras-pede-inquerito-contrabolsonaro-no-stf-para-apurar-crimes-em-interferencia-na-pf-24392004>

**129** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/assim-como-governo-bolsonaro-aras-defende-no-stf-divulgacao-de- apenas-parte-de-video.shtml>

**130** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/pressao-sobre-pf-e-criticas-a-politicos-e-stf-dominaram-reuniao-entenda.shtml>

**131** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/bolsonaro-chama-doria-de-bosta-e-witzel-estrume-durante-reuniao-ministerial-veja-video.ghtml>

**132** <https://www.jota.info/stf/do-supremo/aras-muda-posicao-da-pgr-e-passa-a-defender-inquerito-das-fake-news-25102019>

**133** <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-27/policia-federal-mira-aliados-de-bolsonaro-em-investigacao-sobre-noticias-falsas.html>

- 134** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/aras-nega-mudanca-de-opinioao-e-diz-que-visa-preservar-inquerito-do-stf-que-mira-bolsonaristas.shtml>
- 135** <https://oglobo.globo.com/brasil/pgr-recomenda-ao-supremo-rejeitar-recurso-do-mp-do-rio-contra-foro-privilegiado-de-flavio-bolsonaro-24608449>
- 136** <https://www.oantagonista.com/brasil/aras-recomenda-ao-stf-rejeitar-acao-contra-foro-privilegiado-de-flavio-bolsonaro/>
- 137** <https://www.jota.info/opinioao-e-analise/colunas/sem-precedentes/sem-precedentes-encontro-marcado-entre-flavio-bolsonaro-e-o-stf-27062020>
- 138** <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-declara-apoio-a-arthur-lira-na-disputa-pela-presidencia-da-camara>
- 139** <https://oglobo.globo.com/analitico/braco-direito-de-aras-teve-acao-incomum-ao-rever-denuncia-contra-aliado-de-bolsonaro-24669190>
- 140** <https://piaui.folha.uol.com.br/chumbo-grosso-no-ministerio-publico/>
- 141** <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/05/pgr-investiga-gestao-doria-e-outros-sete-governadores.shtml>
- 142** <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/04/28/pgr-ministerio-publico-governadores.htm>
- 143** <https://oglobo.globo.com/brasil/coronavirus-bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-governadores-de-exterminadores-de-emprego-24321885>
- 144** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/13/witzel-bolsonaro.htm>
- 145** <https://www.poder360.com.br/coronavirus/doria-critica-bolsonaro-em-relacao-ao-coronavirus-quando-faz-faz-errado/>
- 146** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/pf-faz-operacao-contra-desvios-na-saude-com-buscas-na-residencia-do-governador-wilson-witzel.shtml>
- 147** <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/26/carla-zambelli-antecipou-a-radio-que-governadores-seriam-alvos-de-operacoes-da-pf.ghtml>
- 148** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/witzel-nega-participacao-em-desvios-na-saude-e-sugere-interferencia-de-bolsonaro-em-operacao-da-pf.shtml>
- 149** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/alvo-de-operacao-witzel-e-afastado-do-governo-do-rj-pelo-stj.shtml>
- 150** <https://oglobo.globo.com/brasil/ao-arquivar-inqueritos-da-delacao-de-cabral-toffoli-concorda-com-aras-contraria-pf-24641727>
- 151** <https://oglobo.globo.com/brasil/toffoli-arquiva-todos-os-inqueritos-da-delacao-de-sergio-cabral-com-policia-federal-24641718>
- 152** Silva, J. and Nascimento, R. (2020). “Comissão de Inquérito – Portaria CMPF no 66, de 14/10/2019, Correição Extraordinária PGR/MPF 1.00.002.000099/2019-92”. Brasília, Ministério Público Federal.
- 153** <https://crusoe.com.br/diario/aras-prorroga-forcas-tarefa-da-lava-jato-em-curitiba-e-no-rio/>
- 154** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/lava-jato-de-sp-chega-ao-ultimo-dia-com-futuro-indefinido-sobre-investigacoes.shtml>
- 155** <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/29/lava-jato-de-sp-encerra-forca-tarefa-apos-saida-de-procuradores-do-grupo.ghtml>
- 156** <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/28/lava-jato-em-sp-completa-um-mes-sem-forca-tarefa-e-com-190-investigacoes-ainda-em-curso.ghtml>
- 157** <https://oglobo.globo.com/brasil/coordenador-da-lava-jato-na-pgr-pede-demissao-por-divergencias-com-aras-2-24207518>
- 158** <https://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-acusa-auxiliar-de-aras-de-manobra-ilegal-para-copiar-dados-sigilosos-da-operacao-24501543>
- 159** <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2020/07/09/toffoli-manda-forcas-tarefa-da-lava-jato-entregarem-base-de-dados-a-pgr.ghtml>

- 160** <https://oglobo.globo.com/brasil/fachin-revoga-liminar-de-toffoli-que-dava-aras-acesso-dados-da-lava-jato-1-24564353>
- 161** <https://oglobo.globo.com/brasil/corregedora-do-mpf-determina-que-lava-jato-de-curitiba-fornece-copias-dos-bancos-de-dados-sigilosos-da-operacao-24753078>
- 162** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/28/aras-diz-que-e-hora-de-corriger-rumos-para-que-lavajatismo-nao-perdure.ghtml>
- 163** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/31/aras-bate-boca-com-procuradores-que-o-criticaram-por-fala-sobre-a-lava-jato.htm>
- 164** <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/relatorio-greenfield-1>
- 165** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/procurador-reclama-de-aras-e-se-afasta-de-operacao-sobre-bancos-e-fundos-de-pensao.shtml>
- 166** <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/procuradoria-geral-da-republica-abre-consulta-para-selecionar-membros-para-atuar-em-casos-da-operacao-greenfield>
- 167** <https://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2020/11/26/aras-esvazia-forca-tarefa-e-nomeia-aliado-para-conduzir-a-operacao-greenfield/>
- 168** <https://oglobo.globo.com/economia/aras-nomeia-procurador-critico-da-lava-jato-para-operacao-greenfield-sobre-desvios-em-fundos-de-pensao-24765269>
- 169** <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/dois-procuradores-deixam-forca-tarefa-da-operacao-greenfield.html>
- 170** <https://oglobo.globo.com/brasil/investigacoes-da-operacao-greenfield-estao-paralisadas-apos-pgr-nomear-novo-coordenador-24808732>
- 171** <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/procuradores-apresentam-relatorio-final-de-atividades-apos-encerramento-da-ft-greenfield>
- 172** <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/relatorio-greenfield-1>
- 173** <https://oglobo.globo.com/brasil/novo-coordenador-da-operacao-greenfield-propoe-encerrar-investigacoes-no-mpf-nao-estou-aqui-para-trabalhar-muito-24805397>
- 174** <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/combate-a-corrupcao-e-ao-crime-organizado-mpf-passa-a-contar-com-unidade-do-gaeco-no-amazonas>
- 175** <https://crusoe.com.br/diario/na-pratica-portaria-de-aras-acaba-com-forca-tarefa-de-curitiba-e-deixa-lava-jato-do-rio-em-suspense/>
- 176** <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-928-de-23-de-marco-de-2020-249317429>
- 177** Moraes suspende MP que autorizava limitação da Lei de Acesso à Infor...
- 178** <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-amplia-sigilo-de-pareceres-muda-regras-de-transparencia-1-24467779>
- 179** <https://oglobo.globo.com/brasil/area-tecnica-da-cgu-foi-contra-decisao-que-ampliou-sigilo-de-pareceres-juridicos-do-governo-24493253>
- 180** <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dois-tercos-das-cidades-paulistas-desrespeitam-lei-de-acesso-a-informacao,70003524397>
- 181** <https://abraji.org.br/noticias/ministerio-da-saude-volta-a-atender-pedidos-de-informacao-apos-seis-meses-de-recusas>
- 182** <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/23/bolsonaro-ameaca-jornalista-minha-vontade-e-encher-tua-boca-na-porrada.ghtml>
- 183** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/24/bolsonaro-chama-pessoal-da-imprensa-de-bundao-e-diz-que-chance-de-jornalistas-sobreviverem-a-covid-e-menor.ghtml>
- 184** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/09/03/nao-consigo-matar-cancer-chamado-ongs-que-atuam-na-amazonia-diz-bolsonaro.htm>
- 185** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/09/03/nao-consigo-matar-cancer-chamado-ongs-que-atuam-na-amazonia-diz-bolsonaro.htm>

- 186** <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-bolsonaro-planeja-norma-para-controlar-acao-de-ongs-na-amazonia,70003506777>
- 187** <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/11/plano-de-controle-ongs-amazonia-governo-bol/>
- 188** <https://transparenciainternacional.org.br/notas/2020-12-07-resposta-a-materia-e-coluna/>
- 189** <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/comissao-de-leniencia-esclarece-relacao-do-mpf-e-transparencia-internacional-na-leniencia-da-j-f>
- 190** <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/12/Textos-para-Discussao-22-Riscos-de-Corrupcao-e-COVID-19-no-Brasil.pdf>
- 191** <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/10/pf-realiza-operacao-para-apurar-fraudes-na-compra-de-respiradores-em-belem.ghtml>
- 192** <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/10/02/pf-faz-busca-e-apreensao-contra-desvios-no-hospital-de-campanha-de-aracaju.ghtml>
- 193** Navarro, L. (2020). Lecture: Corrupção, Sistemas de Controle e COVID-19, lecture notes. Organization Abraji and Transparência Internacional – Brazil, delivered 5 October 2020.
- 194** <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/10/14/operacao-da-pf-mira-esquema-de-desvio-de-recursos-destinados-ao-combate-do-coronavirus-em-rr.ghtml>
- 195** <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-disponibiliza-lista-de-candidatos-as-eleicoes-de-2020-que-receberam-auxilio-emergencial.htm>
- 196** <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-do-tcu-aponta-falhas-no-controle-do-auxilio-emergencial.htm>
- 197** <https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>
- 198** <https://www.camara.leg.br/noticias/718873-camara-aprova-180-propostas-em-2020-maior-numero-da-decada/>
- 199** <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/arquivos/2020/03/17/ato-da-comissao-diretora-no-7-de-2020>
- 200** <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/arquivos/2020/03/17/ato-da-comissao-diretora-no-7-de-2020>
- 201** <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vereadores-de-sp-incluem-jabutis-em-pacote-contra-coronavirus,70003251304>
- 202** <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/apos-covas-tirar-poder-de-orgao-anticorruptao-controlador-pede-demissao-em-sp.shtml>
- 203** <https://votelgbt.org/eleicoes>
- 204** <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-na-urna/>
- 205** <https://www.facebook.com/antrabrazil/>
- 206** <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/11/20/quem-sao-os-vereadores-trans-eleitos-em-2020.ghtml>
- 207** <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/09/28/proporcao-de-candidatos-negros-nas-eleicoes-de-2020-e-a-maior-ja-registrada-pela-1a-vez-brancos-nao-sao-maioria.ghtml>
- 208** <https://www.camara.leg.br/noticias/708351-cresce-percentual-de-candidatos-negros-eleitos-para-prefeituras/>
- 209** <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/conheca-a-unica-mulher-eleita-prefeita-de-uma-capital,45bb32731f6870709644253cd50eedd94rn3crnx.html>
- 210** <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>
- 211** <https://www.dw.com/pt-br/o-avanco-da-diversidade-na-eleicao-municipal-de-2020/a-55641506>
- 212** [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/menos-de-1-dos-candidatos-concentram-80-dos-fundos-publicos-de-campanha.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=twfolha](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/menos-de-1-dos-candidatos-concentram-80-dos-fundos-publicos-de-campanha.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha)
- 213** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/partidos-descumprem-regra-de-repasse-de-verba-de-campanha-para-negros-e-mulheres.shtml>
- 214** [https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/transparencia\\_internacional\\_medidas\\_contra\\_corruptao.pdf](https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/transparencia_internacional_medidas_contra_corruptao.pdf)

- 215** <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=359360>
- 216** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/44-em-sao-paulo-e-50-no-rio-votariam-em-investigado-por-corrupcao-diz-datafolha.shtml>
- 217** <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2018/04/24/pp-de-ciro-nogueira-e-um-dos-mais-envolvidos-em-investigacoes-como-lava-jato-e-mensalao.ghtml>
- 218** <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55129554>
- 219** <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/11/28/policia-federal-e-policia-portuguesa-prendem-hacker-suspeito-de-invadir-sistemas-do-tse.ghtml>
- 220** <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/ataque-de-hackers-no-sistema-do-tse-nao-violou-seguranca-da-eleicao/>
- 221** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/ataque-hacker-vira-arma-politica-de-desinformacao-sobre-eleicao-para-bolsonaristas.shtml>
- 222** <https://portal.fgv.br/noticias/estudo-inedito-fgv-dapp-e-tse-avalia-circulacao-desinformacao-sobre-sistemas-eleitorais>

**Transparência Internacional - Brasil**

Associação Transparência e Integridade

Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445

São Paulo, SP

[brasil@br.transparency.org](mailto:brasil@br.transparency.org)

[www.transparenciainternacional.org.br](http://www.transparenciainternacional.org.br)